

Compra

-6. MM 2010

N.º 19

LISBOA, 12 DE FEVEREIRO DE 1925

ANO I

Director
Oliveira Tavares

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

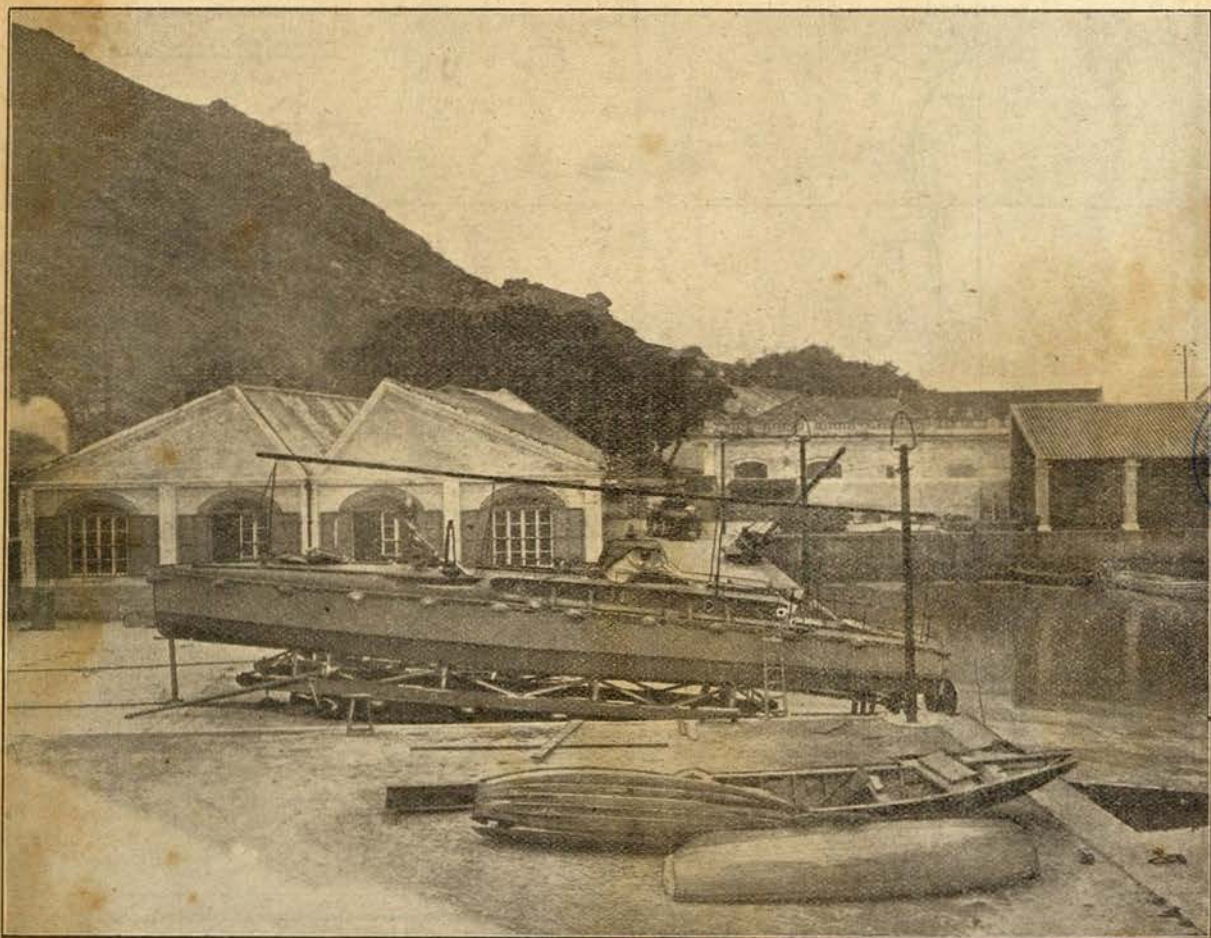
Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se na 2.ª e na ul-
tima 5.ª feira de cada mês

Redação e Administração
R. Diário de Noticias, 44, 1.º

QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

FOMENTO COLONIAL



MACAU — Vista parcial das oficinas do arsenal (lado sul)

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

POLITICA COLONIAL

A conferencia realisada pelo Sr. Dr. Brito Camacho

NO dia 15 de Janeiro foi iniciada a série de conferências de propaganda colonial, que resolvemos promover.

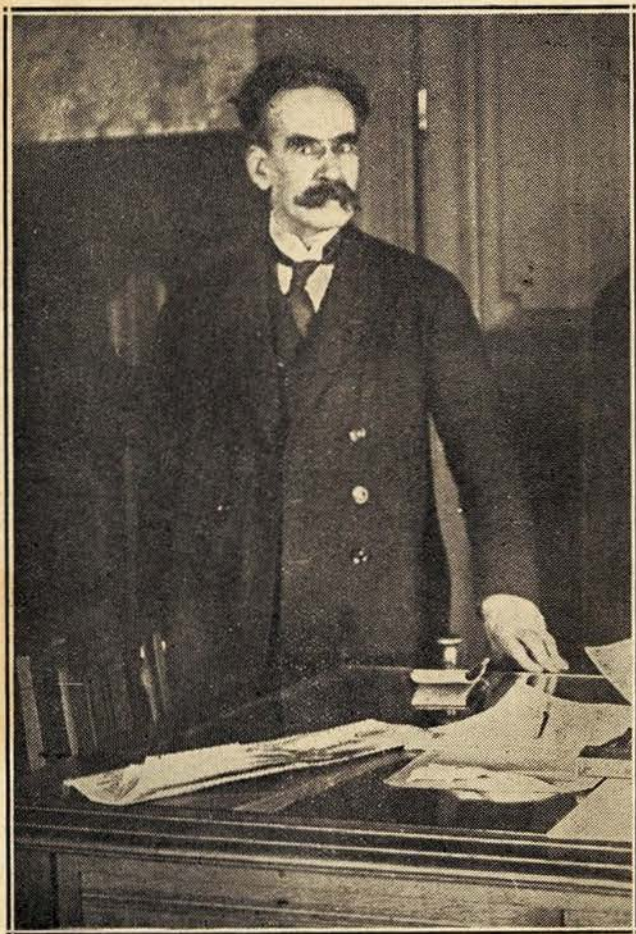
Foi conferente o Ex.^{mo} Sr. Dr. Brito Camacho, que perante uma nu-

e fazer a apresentação do conferente, fê-lo em justas palavras de elogio ás eminentes qualidades de inteligência, de saber, de caracter e de patriotismo que residem na pessoa do Sr. Dr. Brito Camacho.

dial, em que nós tomámos parte mostrando não desmerecer do valor dos nossos maiores, bem depressa se tornou evidente o facto de que em vez de dominarem de futuro os principios de justiça, de liberdade e de igualdade de direitos das Nações grandes ou pequenas, seria o egoismo nacional que continuaria a dominar a politica. Basta ver que foi depois da guerra e da aprovação dos 14 pontos do presidente Wilson que o Montenegro perdeu a independência que durante séculos defendera de maneira tão admiravel. No tratado de Paz está incluído o pacto da Sociedade das Nações e nele se comprometeram os sinatrios a certos principios de administração dos indigenas africanos. E mais se dizia que não era justo que os povos colonizadores fizessem valer a sua superioridade sobre os pretendidos povos inferiores e bem assim que o desenvolvimento dos meios de produção e o aproveitamento das riquezas das terras incultas das regiões africanas eram necessarias para a humanidade em geral. E' claro que estes principios eram de aplicar aos pequenos países colonizadores e assim é que Sir Beddoe Rels, representante da Grã-Bretanha na 22.ª Conferência interparlamentar nos vem dizer haver a vantagem em que as colónias portuguesas e belgas fôsem submetidas ao sistema dos mandatos coloniais.

E' certo que a nossa velha aliada não a oia estas ideias, mas não devemos deixar de escutar o que por esse mundo se diz e acautelar-nos como de razão, sem deixarmos de trabalhar e de cumprir os deveres que nos impõe o sermos a terceira potência colonial do mundo. Nós que hoje só consideramos os homens pelo que eles valem e não pelo que valearam os seus antepassados, temos a tendência a quando nos defrontamos com as cubiças e ambições alheias, a apontar os nossos feitos doutroza, julgando talvez que eles nos podem permitir que, noutro campo, os não imitemos hoje.

Foi certamente por se reconhecer quanto nos era perigosa a atmosfera post-guerra, que se julgou indispensavel activar a nossa acção colonial, nomeando para as nossas duas grandes colónias africanas, as mais em



DR. BRITO CAMACHO

merosissima e selecta assistencia, a que presidiu o Sr. Ministro das Colónias, desenvolveu o tema «*Politica Colonial*».

O Sr. General Freire de Andrade, o grande colonial que todo o País conhece e um dos nossos illustres colaboradores, acedendo ao nosso convite para representar a «Gazeta»

Referindo-se especialmente á aceitação do cargo de Alto Comissário em Moçambique, na difficil situação em que o assumiu o Sr. Dr. Brito Camacho, o Sr. Freire de Andrade produziu as seguintes interessantes considerações:

Logo que terminou a guerra mun

evidência, homens a quem pelo seu talento, pelo seu saber e pelo seu character fôsem dados largos poderes para insuflar nova vida na nossa administração. O encargo era de sacrificio, pois bem difficil foi o periodo que a guerra se seguiu; para ele se exigiam largas qualidades de politico e de patriota, e assim logo foi lembrado o nome do Dr. Brito Camacho, a quem uma comissão de coloniais, de que fiz parte, foi pedir para o aceitar. E Sua Ex.^a aceitou-o depois de bem pensar o alcance do esforço necessário, movido não de interesse proprio, mas sim da Nação e da República. E aqui vem notar que Sua Ex.^a nem mesmo quiz aceitar, quando em Moçambique, os vencimentos a que tinha direito.

E aceitando o ser Alto Comissário em Moçambique, num momento em que aqueles que melhor conheciam a situação a julgavam altamente perigosa, prestou S. Ex.^a mais um alto serviço ao seu País, pelo qual todos lhe devemos reconhecimento.

Dada depois a palavra ao Sr. Dr. Camacho, iniciou S. Ex.^a a sua conferência que transcrevemos a seguir:

Seja-me permitido, antes de mais nada, agradecer ao Sr. General Freire de Andrade, os termos em que fez a minha apresentação a esta Assembleia, lamentando não possuir as qualidades que S. Ex.^a, generosamente, me atribue, que mais não fosse para evitar a decepção de tantas pessoas illustres que hoje se incomodaram para virem aqui ouvir-me. E' o Sr. General Freire d'Andrade um dos nossos coloniais mais distintos, tendo passado uma boa parte da sua vida nas Colónias, servindo como soldado e como administrador, e sempre imprimindo aos seus actos o cunho duma superior intelligencia, vastamente culta, duma séria e bem conduzida cultura scientifica. Durante quatro anos governou o general Freire d'Andrade a Provincia de Moçambique, e eu posso affiançar, por ter visto, que tudo quanto ali ha de verdadeiramente util, em matéria de administração, aparte o que fizeram Antonio Ennes e Mousinho d'Albuquerque, foi executado ou foi iniciado por S. Ex.^a. Na mesma página da história de Moçambique em que se inscreverem os nomes dos gloriosos commissários régios, Ennes e Mousinho, deve inscrever-se o nome do general Freire d'Andrade, que teve a fortuna e a honra de ser colaborador dos dois. Pena foi que, proclamada a República, S. Ex.^a não continuasse no logar que occupava, por que a sua acção precisava de ter continuidade, para ter os maximos resultados úteis. Como homem superior

que é, o Sr. Freire d'Andrade coloca a Nação, que é o facto natural e historico, acima do Regimen, que é o facto convencional e transitório, servindo-a com a mesma lealdade, quer na forma de Monarquia, quer na forma da República. Mas havia em Lourenço Marques uma jacobinagem desenfreada, que julgou ameaçada a Republica se á frente do governo da Provincia estivesse um homem que não era republicano historico, embora esse homem fosse um soldado que por ela se batera em renhidos combates, e para mais fosse um governador que dirigira a sua administração com superior e bem provada competencia.

Registo com desvanecimento as palavras do Sr. Freire d'Andrade, a meu respeito, só lamentando que as inspirasse mais um impulso de generosidade que um sentimento de justiça.

Ao Sr. Ministro das Colónias agradeço a sua comparencia e a honra que me faz presidindo a este acto, que eu não posso tornar solene por carencia das qualidades que deve ter um conferente. Vejo com intima satisfação a presença, aqui, do Sr. Ministro, não só porque ela representa um acto de deferencia pessoal, que me penhora, mas tambem, e sobretudo, porque ela afirma o interesse de S. Ex.^a pelos assuntos coloniais, tão grande que não hesita em sacrificar um pouco dos seus afazeres para vir aqui ouvir-me.

Meus Senhores.

A «Gazeta das Colónias» tomou a iniciativa duma série de conferencias sobre assuntos coloniais, e encarregou-me de realisar a primeira dessas conferencias. Aceitei o encargo, porque nunca recuso o meu concurso a qualquer empreendimento patriótico. Ha necessidade de fazer a propaganda das Colónias, que o País não conhece, e por elas não pode interessar-se emquanto as não conhecer. Para ele, ignorante de si mesmo, as Colónias são umas terras onde ha muitos pretos, onde se apanham febres, lá muito longe, e vagamente suspeita de que essas terras devem ter muito valor, visto haver gente que as cubiça. E' necessário fazer a propaganda das Colónias, mas quer-me parecer que não é na Sociedade de Geografia que essa propaganda deve ser feita. Acorrem á Sociedade de Geografia, tratando-se de assuntos coloniais, pessoas que são sempre as mesmas, na sua grande maioria tão conhecedoras das Colónias como o conferente, e muito mais conhecedoras que o conferente, quando ele é, como agora, um improvisado e efemero colonial. E' obrigação de quem fala em público adaptar-se ao seu auditório, e o

conferente, quando sabe que tem na sua presença, pessoas de muita illustração, deixa de fazer um trabalho didático, para fazer uma erudita e luxuriante dissertação, que lhe colhe abundantes aplausos. E' nas Associações Industriais e Comerciais, nos Ateneus e Sindicatos agricolas que deve ser feita a propaganda das Colónias, e as respectivas conferencias devem ser abundantes de factos e de numeros, detalhadas em tudo quanto devem conhecer os que para as Colónias possam levar o seu trabalho ou o seu capital. Um elemento indispensavel desta propaganda é o cinematographo, que é, por assim dizer, uma lição das coisas, mais impressionante, mais educativa e mais capaz de illustrar que os discursos mais repassados de pantafaçada eloquencia.

Que admira que o País ignore as Colónias se ele não vê que elas sejam mercado para as manufacturas da Metropole, que as suas materias primas alimentem as industrias metropolitanas, que para as Colónias se dirija a sua exaustiva corrente de emigração?

A propaganda das Colónias feita com a indispensavel competencia, terá a vantagem, além doutras, de dar ao País uma noção mais exacta, mais verdadeira da sua grandesa e valor. Na verdade Portugal não é o País exiguo, de apoucados recursos, do ensino da corografia, nas escolas de instrução primaria. Somos uma Nação que tem dois milhões e meio de quilómetros quadrados de superficie e quinze milhões de habitantes, e a nossa lingua é falada por quasi quarenta milhões de pessoas nos vários continentes. Não temos unidade geografica, é certo; mas desta falta de unidade resultam incalculaveis vantagens, sobrelevando a todas a de possuirmos os mais variados climas em terras das mais variadas aptidões culturais.

Politica Colonial

Se é necessario fazer a propaganda das Colónias, necessário e urgente me parece definir, para o executar, um sistema de politica colonial, compreendendo as relações entre a Metropole e as Colónias e a administração de cada Colónia, que seria absurda tornar uniforme.

Nas considerações que me proponho fazer tenho em vista as Colónias do tipo Angola e Moçambique, terras que foram descobertas, foram depois conquistadas, acabando por se integrar na unidade nacional, politica e administrativa.

Não vale a pena dizer o que foram as nossas descobertas, pagina gloriosa da historia da Humanidade, que nos coloca acima de todas as nações do

mundo. Tão pouco vale a pena dizer o que foram as nossas conquistas, epopeia de feitos militares que nos marcam um lugar distinto entre os guerreiros de todos os tempos e lugares. Sobejamente se tem exaltado o génio da raça, que nos fez descobrir e conquistar uma boa parte do mundo, e como se não fossem muitos e grandes os feitos que praticamos, até as nossas derrotas celebramos como se fossem victórias duma autenticidade irrecusavel.

Sempre as Nações metropolitanas tiveram uma politica colonial, chamando assim ao sistema de relações entre a Metropole e a Colónia. Primitivamente essa politica foi de exploração, tomando a palavra no seu rigoroso e habitual significado gramatical. Uma colónia era uma mina, e a exploração das minas faz-se até se esgotarem. Foi assim que fez politica colonial a Inglaterra, nação colonisadora por excelencia, tão ciosa dos seus direitos de proprietário ou dono, que não deixava que as suas colónias, vendessem e comprassem fóra de Inglaterra, que transportassem as suas mercadorias, as que vendiam e as que compravam, em navios que não arvorassem o pavilhão inglês. Era o proteccionismo levado ao ultimo grau, um proteccionismo que causava espanto à quem estivesse na persuasão de que a Inglaterra foi sempre, através das idades, um País de livre-cambio. A verdade é que a Inglaterra teve sempre a politica que mais convinha aos seus interesses, proteccionista quando precisava defender-se, livre-cambista quando tinha a lucrar com a concorrência.

Não se fez a Inglaterra, nos ultimos tempos, o campeão do anti-esclavagismo?

Pois a Inglaterra, fez o tráfico dos escravos como nenhum outro povo, tão grande que durante os seculos XVII, XVIII e XIX, transportou nada menos de quinze milhões de escravos para a America e Indias Ocidentais. Também nós fizemos o comercio de escravos, quasi despovoando Moçambique para mandarmos para o Brazil qualquer coisa como dois milhões de seres humanos. Ao tempo ainda o Brazil era terra portuguesa; mas não era mais portugúesa que Moçambique e Angola, vastissimas colónias que deixavamos ao abandono, privando-as na mais larga medida dos seus mais valiosos elementos de trabalho.

Muito cedo a Inglaterra teve a intuição duma politica colonial que não fosse a de mera exploração das Colónias pela Metropole, explorando-as até as esgotar. Esboços de novas Pátrias, o que era preciso era ajudá-las na sua formação e desenvolvimento, prendendo-as á mãe Patria por fortes la-

ços a língua e o comércio, em termos de formarem uma unidade moral, que subsistisse á independência. Frouxos, e de cada vez mais frouxos, são os laços politicos que ainda prendem a Inglaterra ás suas velhas colónias, que são hoje os seus Dominios; mas o Império britânico é bem a soma de todos esses membros dispersos, cuja superficie total é de 34 milhões de quilómetros quadrados e cuja população é de 400 milhões de habitantes.

A concepção moderna de politica colonial é hoje bem diferente da que dominou até ha pouco mais dum século, e desta politica ainda nós estamos muito arredados, embora dela nos aproximemos sucessivamente.

No problema de politica colonial ha uma parte que diz respeito ás relações da Metropole com as suas Colónias — um problema de relações, e ha outra parte que diz respeito á administração de cada Colónia — é um problema de politica interna.

Definir as relações entre a Metropole e as Colónias é definir um sistema de direitos e obrigações, tendo por base um interesse comum.

A primacial obrigação da Metropole em relação ás suas Colónias é preparar a sua emancipação. Uma Colónia que não tende para a sua emancipação, é uma terra escrava, e seria absurdo que tendo-se abolido a escravidão dos individuos, se mantivesse a escravidão dos povos. O termo natural da evolução duma Colónia, mais rapida ou mais demorada, conforme as circunstancias, é a sua emancipação. As Colonias inglesas da America do Norte emanciparam-se ao cabo de cem anos; o Brasil, Colónia portuguesa, descoberta e occupada em começos do seculo XVI, emancipou-se no primeiro quartel do século XIX. E' justo reconhecer que para a emancipação do Brasil contribuiu muito, contribuiu poderosamente o facto de se transferir para lá a Côte, o que desde logo lhe deu quasi a categoria de Metropole.

Mas o principio basilar da emancipação das Colónias será verdadeiro em relação a colónias de gente selvagem, como Moçambique e Angola, como o é em relação a Colónias formadas, *ab initio*, por gente civilizada, como as da America do Norte, Brasil e União Sul-Africana?

E aqui está posto o problema das raças, que ainda hoje é assunto de graves e acaloradas discussões, e que talvez nunca seja resolvido, posto como está de maneira viciosa. Também se discute ainda, e discutirá por muito tempo, se o homem é superior á mulher. Parece-me esta discussão absurda, visto serem o homem e a mulher individuos tão diferentes entre si, que compará-los, para deter-

minar a superioridade dum em relação ao outro, não pode conduzir a uma solução logica. Quer os consideremos no ponto de vista antropológico, quer os consideremos no ponto de vista social, o homem e a mulher são individuos diferentes, irredutivelmente diferentes, e nisso está a garantia de persistencia da especie e a condição de todo o progresso humano.

A cór é, sem duvida, um caracter das raças; mas é um caracter secundário, um elemento de diferenciação apenas, sem implicar intimas e indissolúveis correlações com o cerebro, que é, no fim de contas, o órgão que nas pessoas e nas raças marca o grau de superioridade ou inferioridade duma em relação ás outras.

Quem se atrevesse a dizer, ha três quartos de seculo, que a raça amarela, a gente niponica, era susceptível de adquirir uma cultura literária, artística e científica igual á da raça branca, provocaria um sorriso de piedade. E, contudo, a verdade incontrovertida é que o Japão, o pequenino Paiz de gente pequena, onde se encontram vestígios da nossa passagem por ali, ha séculos, já não precisa vir á Europa aprender seja o que fór, porque tem uma civilização igual á nossa, só com a diferença de ser mais nova, por isso mesmo, talvez, mais rica de forças, de energias potenciais.

O conceito de raças superiores e inferiores, tomando como raças inferiores as que ainda se conservam, com pequenas diferenças, no estado de selvageria primitiva, e são consideradas incapazes, por deficiencias orgánicas, de se elevarem ao grau de civilização já alcançado pela raça branca, um semelhante conceito não tem base scientifica, adstrito aos caracteres fisicos ou anatómicos.

O facto histórico é ter-se civilizado a raça branca e não estar ainda civilizada a raça negra; mas a sciencia não fornece solidas razões para se negar á raça negra a necessária e suficiente capacidade para assimilar a nossa civilização, acertando o passo comnosco na marcha para o Futuro.

Não ha que pensar, hoje, no extermínio das raças por civilizar, procedendo nas respectivas colónias como procederam os ingleses na Tasmania caçando os indigenas, ou como procederam na Australia, caçando os coelhos. Dos 150 milhões de pretos que ha no globo, doze milhões habitam na America do Norte, formando uma sociedade que tem as suas forças economicas e as suas forças de direcção espirital, faltando-lhe apenas, para ser um País, a posse do territorio e a independencia politica e administrativa. Os seus médicos, os seus advogados, os seus professores, os

seus jornalistas e literatos mostraram-se á altura da função que lhes compete, e as suas organizações escolares, bancarias, de cooperativismo agrícola e labor industrial, provam a sua capacidade para o viver moderno na sua maxima complicação e desenvolvimento de actividades uteis.

Será, pelo menos, a raça negra uma raça em decadencia?

Nada o prova, e depois do que succedeu com a França, em 1870, é necessário não afirmar de animo leve a decadencia duma raça, não tomando aqui a palavra no seu rigoroso significado antropológico. Os intelectuais da Alemanha, orgulhosos da vitória que o seu País alcançara sobre os francezes, proclamaram a todos os ventos que a França era um povo em decadencia, a caminho de se extinguir por esterilidade. A população franceza estacionára depois da epopeia napoleónica, e estacionária se mantinha quando rebentou a guerra de 70. Pelo contrario a Alemanha quasi duplicara a sua população em pouco mais de meio século, e conseguiu isto elevando espantosamente o indice da natalidade. A opinião publica, em França, alarmou-se com a atoarda, e os seus filosofos, os seus estadistas, os seus homens de sciencia

entraram a estudar o caso na sua complexidade. A mortalidade infantil era grande e a natalidade era insignificante, resultando da conjugação destes dois factos o fenómeno demográfico que a Alemanha explorava depois de Sédan. Verificaram os médicos e os antropologistas que o vigor do francès não diminuira, que



Segundo os ultimos trabalhos scientificos pode curar-se a tuberculose, com a «Palmol». Pedir instruções á «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.



a sua média de vida não decrescera, que a sua mortalidade infantil era devida a deficiencia e vicios de higiene absolutamente remediaveis. Averiguou-se ainda que a falta de natalidade resultava de causas sociais e não de causas antropológicas; que ela se explicava pelo regime politico e social adoptado, sendo constante o facto em todas as democracias igualitarias. Veiu a guerra de 1914, e triunfantemente a França demonstrou

o seu vigor, tanto fisico como moral aguentando durante quatro longos anos, sobre seus ombros de gigante, o maximo peso da guerra.

Inferioridade, superioridade de raças?

O conceito positivo, naturalista, verdadeiramente scientifico, parece-me ser este—raças civilizadas e raças por civilizar; raças que evoluíram e raças que estacionaram. Alguem disse que a diferenca, no ponto de vista psiquico, entre um campónio da Bretanha e um sabio tal como Pasteur, é muitissimo maior que a diferenca entre esse camponio e um selvagem negro do continente africano, sem embargo do bretão ser branco e pertencer á nobre raça caucasica.

(Continua)

Companhia Nacional
DE
PRODUTOS COLONIAIS, L.^{DA}
Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ
Transações sobre cacau,
café, cera, coconote e couros

RICARDO PIRES & C.^A

LISBOA
RUA DA GLORIA, 7, 1.^o D.^{to}
End.^o tel.^o — Amendoense

AFRICA
Loanda—Caixa postal 358
End.^o tel.^o — Tabacos—Silvares

INDUSTRIAL FRIGORIFICA *Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Matange)*

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA *Fabrico mecanico aperfeicoando de picad^o, cigarros e charutos*

IMPORTADORES

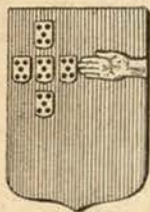
SERRALHERIA MECANICA

EXPORTADORES

Societarios
de:

Elias & Pires, Ltd., em Luçala—com filiais de permuta nas regiões de café,
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd.—(Agricultura).
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egito—(creação de gado e cultura d'algodão e palmares).
Machado & Ricardo nos Selles — (Cultura de Palmares).

O SEU MOTOR EXIGE **Spidoleine** O OLEO QUE LUBRIFICA



S. Tomé e Príncipe

O PROBLEMA DA MÃO DE OBRA

O que a «Gazeta» diz o Sr. Governador da Província

MUITO se tem falado acerca da mão de obra em S. Tomé e Príncipe e, com mágua o reconhecemos, a vontade que se tem posto na solução desse instante problema, nem sempre tem correspondido à gravidade que justificadamente se lhe tem atribuído.

Por várias vezes nos temos aqui referido ao assunto, pondo em relevo a necessidade do seu cuidadoso estudo e da resolução em que se concilium todos os interesses em jogo.

Houve um momento em que, em presença da promessa terminante, que nos díam ter sido feito por um Ministro das Colónias, acreditámos que se iria dar remédio à crise que tolhe o progresso e chega a ameaçar a vida da Colónia de S. Tomé e Príncipe. Mais uma vês, porém, vimos caídas as nossas esperanças e a colónia continuou e continúa ainda a sentir os perniciosos efeitos de falta de mão de obra.

Mais uma vês voltamos ao assunto e hoje fazemo-lo, dando a publico as considerações de quem está em situação de melhor conhecer o problema e a solução que lhe convem.

São do Ilustre Governador de S. Tomé, o Sr. Comandante Soares Branco, as palavras que adiante registamos e que oferecemos à consideração do Poder Central, a quem não pôde ser indiferente o futuro duma colónia, que tantas vezes tem sido apontada como argumento comprovativo do nosso esforço de colonisação.

Disse-nos Sua Ex.:

S. Tomé e Príncipe é o tipo modelar de uma colónia de plantação. Atravessa, hoje, a Província uma crise grave, mas que as suas possibilidades económicas e financeiras podem afrontar, quando, como de justiça e interesse, o Estado lhe preste o indispensável auxílio.

A sua grande riqueza exportadora, diminuiu consideravelmente com a doença que affligiu os cacoeiros, e, atualmente, ainda, por mercê dos seus efeitos, e muito principalmente pela escassez da mão de obra, não logra a exportação aproximar-se sequer do seu maximo anterior.

Ao tomar conta do Governo da Província, em Janeiro do ano que passou, trez problemas da maior importancia e gravidade, careciam de resolução urgente: — *saneamento da moeda* — *equilíbrio orçamental e mão de obra*.

Urgia resolver o primeiro para poder estudar o segundo.

Encontrei a Província inteiramente alagada de notas da circulação privativa de Angola, que, como natural e previsto, haviam quasi totalmente expulso as da circulação privativa de S. Tomé.

Entrando na colónia já desvalorizadas por causas próprias que interessam á administração daquela Província, mais se desvalorizavam em S. Tomé onde actuavam como circulação privativa, sempre crescente e sucessivamente aumentada com a chegada dos paquetes que todos descarregavam caixotes abarrotados de notas.

Urgia pôr um energico ponto final a esta cavalgada perigosa para a economia da Província. — Depois de varios contratempos, e não pequena luta, consegui pôr em vigor uma portaria proibindo a circulação de notas estranhas á privativa circulação da colónia, e que o poder executivo, de acordo com o Banco Nacional Ultramarino aumentasse esta, já insufficiente para as necessidades de momento, em quatro mil contos. Assim se normalizou uma situação que ameaçava ruína, e ficou resolvido o problema capital de que os outros dois dependiam.

Com efeito, sem estabilisar a moeda que dia a dia se desvalorizava, não havia possíveis previsões orçamentais, nem equilíbrio sério a considerar.

Fixados os impostos, — digamos assim — em moeda forte, eram pagos em moeda cada vez mais fraca e imprópria para suportar as despesas calculadas.

Solucionado que foi o problema da moeda fez-se o estudo do orçamento para 1924-1925, no razoavel objectivo de o equilibrar sem burlas nem artificios que com desproveito para a colónia, não dão sequer glória aos governos que com esses processos transigem.

Não devo porém ocultar que o equilíbrio orçamental foi obtido no projecto enviado ao ministério, á custa de pesados côrtes nas despesas a realizar em obras de utilidade comprovada, —

Fiz acompanhar o referido projecto de várias propostas de aumento de receitas e redução de despesas, que, todas ou quasi todas, com ligeiras modificações, que as circumstancias aconselhavam, se acham já sancionadas pelo Poder Executivo, sendo minha convicção que a província vae entrar numa fase construtiva de desafogo financeiro.

Se, porém, a resolução dos dois problemas atrás enunciados, se impunha e urgia, nada de praticamente proveitoso se colherá de tanto trabalho dispendido, se o magno problema da mão de obra não obtiver uma rápida e positiva solução.

Se a colónia não tiver braços que a façam *produzir*, não a salvam diplomas e decretos filhos da boa vontade governativa.

E porque a resolução do problema não é facil, ou antes, aparece sempre inexplicavelmente contrariada, melhor auxilio e maior protecção merece do Estado, *unica entidade que em minha opinião pode intervir com efficacia*. E' este o criterio que julgo vae ser adoptado pelo Ministério das Colónias e pela primeira vez, confio no seu êxito.

Em officio que ha mezes enviei ao Ministério, referi-me ao assunto em bases analogas, opinando por um entendimento official entre os governos de S. Tomé, Angola e Moçambique, *unica solução que encontro para a séria garantia de contracto e repatriação dos indigenas*.

Os agricultores de S. Tomé, teem direito ao auxilio dos Governos. — A' custa, quasi exclusiva, do seu esforço e tenacidade, sob a dureza de um clima que lhes ceifava vidas e energias, afirmaram, numa colónia de plantação modelar, de uma forma concreta e indiscutível a nossa aptidão colonial.

A prosperidade de S. Tomé não interessa só os proprietários, interessa o Paiz e a economia nacional.

MARQUES, SEIXAS & C.^A L.^{DA}

LISBOA E AFRICA

LISBOA — TRAVESSA DOS REMOLARES, 10, 3.º, ESQ.

Telegramas "FERRAMENTA" — Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — CAIXA DO CORREIO N.º 3

Telegramas "SEIXAS" — Telefone 1

Sortido completo de armarinho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO MARINHAS DE SAL

Criação de gado bovino, e navegação á vela para todos os portos da provincia

Grandes plantações de algodão e fabrica de desgranamento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo Redondo

Grandes depósitos de café do Amboim, óleo de palma e coconote das suas roças do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luatê e Monte Alto

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço
| C. 2992 | de transportes
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

"DRYDOCKS,"

Cabo-Verde

A propósito do Porto Grande de S. Vicente

DO nosso presado colaborador, sr. Engenheiro Xavier da Fonseca, recebemos mais um artigo referente a este importante assunto e em que mais uma vez são defendidos com calor os pontos de vista de S. Ex.^a, os quais em resumo são: o de deverem as obras ser estudadas e dirigidas por portugueses, e o da necessidade da construção dum molhe acostavel, entre a Pontinha e a Praia da Matiota.

Nesse artigo, esclarece o nosso ilustre colaborador não ter pretendido pôr em duvida as facultades ou a boa vontade do sr. Viriato Gomes da Fonseca, salientando apenas o facto de a comissão de que este distinto official fez parte e que se destinava ao estudo das obras do porto, não as ter realizado por falta de aparelhos apropriados.

Pela falta de espaço e ainda porque, sem que deixe de ser muito interessante, o referido artigo reedita considerações e argumentos já apresentados, lhe, não damos publicidade na integra, sem que o facto envolva menosprezo pelas opiniões do sr. Engenheiro Fonseca.

Procuraremos esclarecer, em definitivo este assunto do Porto Grande de S. Vicente, que pela sua importancia bem merece um estudo consciencioso e completo, feito com a calma indispensavel em questão desta natureza.

A seguir publicamos uma carta do ilustre deputado, Sr. Viriato da Fonseca, entendendo que com ela e com as explicações que ao mesmo tempo recebemos do sr. Xavier da Fonseca e a que acima aludimos se poderá considerar encerrado o debate, a que nenhum dos nossos ilustres colaboradores teve, por certo, a intenção de emprestar o caracter pessoal que, não obstante, ia assumindo.

Acérrimos defensores de Cabo Verde, sómente os interesses da Pro-

vincia preocupam Suas Ex.^{as} e no campo da defesa desses interesses continua a «Gazeta» a contar com o seu dedicado esforço.

Sr. Director:

Na *Gazeta das Colónias*, n.º 16, de 25 de Dezembro, último, inseriu o sr. dr. Francisco António Martins, ilustre filho de Cabo Verde, um artigo sobre assuntos relativos a esse arquipélago, refutando considerações feitas em artigo anteriormente publicado por um senhor engenheiro civil A. Xavier da Fonseca, que eu julgo ser a mesma pessoa que ha anos esteve em Cabo Verde e era então regente agricola, desempenhando temporariamente o cargo de condutor auxiliar e depois o de condutor de 2.^a classe das Obras Públicas.

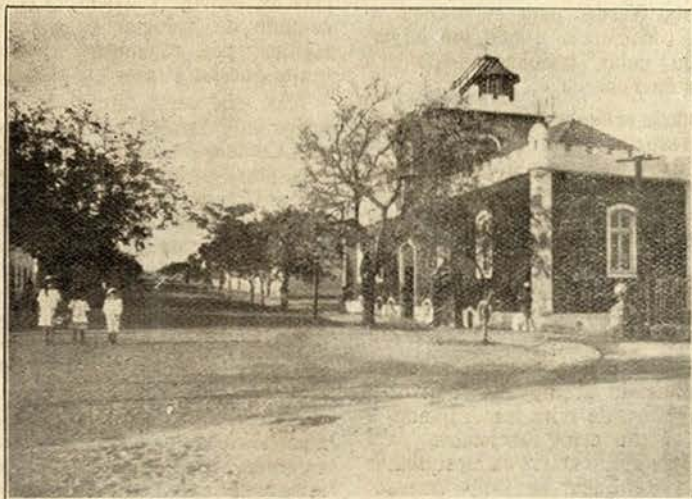
Nesse anterior artigo, publicado no n.º 13 da *Gazeta das Colónias*, o engenheiro civil Xavier da Fonseca, investindo contra os engenheiros que em Cabo Verde, teem prestado os seus serviços, classifica-os de incompetentes, engenheiros de via reduzida, que nunca se importaram com estudos técnicos, praga de gafanhotos

caídos no arquipélago periódicamente, sómente para deitarem conta aos vencimentos que lhes competiam.

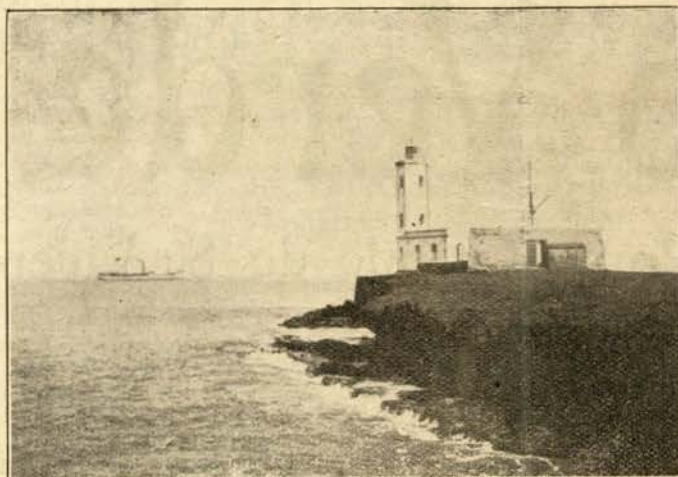
O sr. dr. Francisco Martins, levantando nobremente a luva em meu favor, no supracitado artigo, repudia a classificação genérica, sem excepções do sr. Xavier da Fonseca e aponta-me como sendo um dos que não pode nem deve estar incluído em tão desprimorosa quão estranha classificação, acrescentando que esta sua attitude não significa, de modo algum, a defesa dos incompetentes, os quais melhor do que ninguem, poderão dizer da sua justiça.

Cumpre-me, em primeiro lugar e apesar de não ser engenheiro civil, agradecer penhoradamente a defesa gentil, acalorada e consciante que o dr. Francisco Martins faz dos meus trabalhos, do meu esforço, da minha competencia, por conhecer a energia, a devoção, o desejo de acertar que sempre puz em todos os cargos públicos que fui chamado a desempenhar, nunca pondo no outro pra'co da balança os honorários ou as honrarias que disso me pudessem advir.

Praticou S. Ex.^a um acto de justiça, não para exaltar o meu mérito



ILHA DE SANTO IAGO — Quartel na cidade da Praia



ILHA DE SANTO IAGO. — Faro da Temerosa

ou saber que, infelizmente, são mui reduzidos, mas sim para pôr em foco a minha honestidade profissional, o meu esforço, a minha devoção pelo serviço.

Eu lho agradeço.

Não gosto de falar de mim, nem estar constantemente a relembrar o que fiz ou o que deixei de fazer. Não é correcto, nem decente, mas no caso presente, não posso, com bastante pesar, fugir á citação dos meus actos, para dizer da minha justiça, como o exige o decôro e a minha dignidade.

Bastaria recorrer ás apreciações de ilustres governadores de Cabo Verde, uns já falecidos, como Serpa Pinto e Arnaldo de Novais, outros ainda vivos, como Paula Cid, Teófilo Duarte, Judice Biker, Bernardo de Mesquitela, Marinha de Campos e outros, a respeito da minha actividade em Cabo Verde, para eu socegar a minha consciencia e não me julgar atingido pelas insinuações do sr. Xavier da Fonseca.

Bastaria relembrar a apreciação, a meu respeito, feita constantemente pelo ilustre e saudoso secretário geral da provincia, o falecido general Augusto Figueiredo de Barros, tio por afinidade do sr. Xavier da Fonseca, para me convencer de que, nessa colônia, cumpri cabalmente o meu dever, sem olhar á paga que me deram em honorários.

Basta-me o conceito que todos os habitantes do arquipelago, nativos e estrangeiros, de mim fazem quanto á minha acção como funcionário, para me julgar muito acima da mesquinhez terrena de quem se julga imenso, perante a pequenez da restante grei.

Mas vejamos.

Em uma série de artigos, publicados nos n.ºs 7, 9 e 11 da *Gazeta das Colônias*, o engenheiro civil A. Xavier da Fonseca, estuda, sob o ponto de vista agrícola, o arquipelago de Cabo Verde, produzindo considerações justas e correctas a proposito dos problemas da arborização, das irrigações, da criação de gados, não tendo eu nada qu' opôr ás considerações de S. Ex.ª

Estava S. Ex.ª dentro do seu verdadeiro campo, dentro do ambito dos seus conhecimentos técnicos e profissionais, como regente agricola diplomado que é, tendo aplicado com justeza esses conhecimentos á apreciação do que se passa em Cabo Verde, em tal assunto, dando conselhos, que não sendo novos, nem desconhecidos na colônia, bastando para o saber, percorrer as páginas do Boletim Oficial da provincia desde 1852, eram contudo de apreciar e mui convenientes, por relembrar a todos o muito que ha a fazer em tal matéria.

Mas, em certa altura, no celebre artigo publicado no n.º 13 da *Gazeta das Colônias*, vem S. Ex.ª apreciar e comentar as obras a executar no Porto Grande de S. Vicente e o seu abastecimento de água, começando por desancar os técnicos que por ali andaram em estudos e passando depois a fazer o estudo dessas obras, mais sob o aspecto económico do que sob o aspecto técnico, referindo-se a este, muito ao de leve e superficialmente.

Afirma S. Ex.ª que em tempos foi nomeada uma comissão para estudar as obras a realizar no porto. Foi uma missão e não uma comissão, composta de um engenheiro, como chefe e de um adjunto, que era eu.

S. Ex.ª, confundindo os factos, diz que a missão se limitou a tirar retratos de mulheres do povo e mais nada fez, pelo que foi dissolvida.

Isto não é verdade, dito assim como vem no artigo. Eu, nunca me dediquei á fotografia e uma só vez na minha vida quiz tirar um retrato a uma filhita minha, de 5 anos, e por mal dos meus pecados, só consegui obter uma chapa carregada de cumulus e nimbus.

E' verdade que a missão foi dissolvida pelo governador Marinha de Campos, ao chegar a Cabo Verde, mas é tambem verdade, que ao dissolvê-la S. Ex.ª me nomeou para um outro cargo importante, na provincia, dizia ele, por reconhecer as minhas facultades de trabalho. Assim é que está certo.

Mas já três anos antes eu fôra nomeado para o mesmo serviço, de colaboração com o então engenheiro chefe da secção de Obras Públicas, em S. Vicente, a fim de estudar um plano de obras, baseado em preciosas indicações do distinto engenheiro Adolfo Loureiro, que era uma autoridade em tal assunto.

Nessa ocasião, só á minha parte executei os seguintes trabalhos: triangulação e levantamento topografico, na escala de 1:200, da área da cidade e da baía, sendo o levantamento realizado desde a Ponta do João Ribeiro até ao Lazareto, planta esta que desde 1905 tem servido, quer ao Estado, quer á Camara Municipal, quer a outras entidades, para resolver variadissimos problemas adstritos á topografia dessa região, como sejam — concessões de terrenos, arruamentos, trabalhos marginaes, canalizações de agua, etc.; mais fiz as sondagens geológicas na zona da baía destinada ás obras, a fim de conhecer a estrutura do sub-solo subjacente ao mar e ainda sondagens marítimas ou de fundo em toda a baía. Consumiram esres trabalhos, perto de dois anos de insano labor e estudo.

E por aqui se pode inferir, a respeito do Porto Grande, que nem sempre os técnicos que por lá andaram devam merecer o ápodo de madraços e incompetentes, que o sr. Xavier da Fonseca lhes atira, sem o perfeito conhecimento dos factos.

E é interessante verificar que havendo um trabalho de detalhe de obras do Porto de S. Vicente, executado em 1908, pelo sr. Xavier da Fonseca, quando ali era condutor de 2.ª classe, trabalho por certo interessante e de valor, visto que, como diz S. Ex.ª, levantou variadissimas criticas e estudos na imprensa periódica de então, ele não tivesse sido ministrado á missão de 1910, para sua orientação, que aliás recebeu todos

os elementos officiaes e subsídios existentes sobre essa materia.

Foram esses trabalhos de S. Ex.^a votados ao ostracismo? Nem tão pouco se procurou realizar esse projecto, que por certo já hoje teria, até certo ponto, transformado para melhor o estado do Porto Grande?

Mas em tais termos o sr. Armando da Fonseca, porque não realizaram o seu belo projecto, tal como tem acontecido a tantos outros, sem culpa sua, poderá também ser abrangido na classificação que ele inventou, — *de engenheiro de via reduzida!*

As mesmas causas produzem os mesmos effeitos.

Voltando aos meus trabalhos na provincia, direi:

Para a Brava, fui nomeado em 1917 e, coincidência notavel, com o mesmo chefe da missão que em 1910 viera estudar o Porto Grande de S. Vicente. Tratava-se de projectar um cais acostavel para navios, no porto da Furna. A breve trecho, o engenheiro era transferido para a Guiné e eu ficava só em campo, com tão pesado encargo, que cumprí em 5 meses de trabalho, apresentando a triangulação e levantamento topográfico do porto e da povoação da Furna, estudo das marés, nivel médio, estabelecimento do porto, correntes e ventos dominantes, força da vaga, sondagens marítimas e finalmente o projecto detalhado e completo do cais acostavel, com plantas, alçados, côrtes, medições e orçamento, tudo condensado em 8 ou 10 grandes folhas de desenho e um extenso relatório, podendo ver-se tudo isso nos arquivos das Obras Públicas.

E a obra até hoje se não fez e vai de aí o sr. Fonseca classifica-me de madraço e incompetente.

Mas que poderei eu dizer do sr. Fonseca, a proposito de uma celebre estrada, construida por S. Ex.^a, dos Carvoeiros á Ribeira Grande, na ilha de S. Antão, e que o distinto e acerrimo trabalhador Avelar Ruas, ao chegar ali, condenou por completo, mandando construir, segundo um traçado scientifico e processos irreprensiveis de tecnica, outra estrada, perdendo-se assim, por incompetencia, uma boa porção de dezenas de contos de réis, que aquele simulacro de estrada tinha custado? Toda a gente em S. Antão conhece estes factos.

Mais tarde, no ano seguinte, fui mandado levantar a planta cadastral do Montado Nacional, na ilha do Fogo. Aí fiz a triangulação dessa extensissima zona, que tem a forma de um trapezio, com a base maior junto ao mar em uma extensão de 20 quilómetros e a base menor á altura de 3:000 metros, com uma extensão

de 6 quilómetros. Ocupa uma das estupendas encostas da ilha do Fogo, com uma área aproximada de 195 quilómetros quadrados, em grande parte invadida pelas lavas e escórias do alteroso e hirsuto vulcão, atestando vigorosamente as inumeras e não mui longiquas erupções desse gigante do Oceano. Lá existe, na Direcção das Obras Públicas, esse trabalho com o cadastro de 1:500 parcelas arrendadas, bem como existe um outro, o do levantamento topográfico da Trindade, na ilha de S. Tiago, e o do levantamento perimetral da propriedade da Mitra.

Em Santo Antão, afóra outros de somenos importancia, fui encarregado de executar dois grandes trabalhos.

O do estudo das levadas do Paul, que executei, levantando a planta de toda a ribeira, na escala de 1:200, bem como o de todas as suas levadas, continuado com a medição do débito de todas as nascentes e do projecto final da modificação e consolidação das levadas, com o respectivo orçamento. Trabalho de seis meses de campo e oito de gabinete, lá está também nas Obras Públicas.

O outro trabalho foi o de um anteprojecto de represas para aproveitamento da agua das chuvas e possibilidades de uma maior e melhor irrigação, em terrenos quer de sequeiro, quer de regadio. Percorri de lés a lés, todas as ribeiras, grandes e pequenas de Santo Antão, desde a Ponta de Sol aos Carvoeiros, desde o Paul á Garça e ás Cabeçadas. Intransitaveis, ravinosas e por vezes inacessiveis, só eu e o reduzido pessoal que me acompanhou, sabemos os espinhos e as agruras dessa missão, em que se fez o reconhecimento e se marcaram os lugares de possivel ou provavel construção de represas, tudo concretizado em desenhos e relatórios.

Quem visitar o Liceu Nacional, em S. Vicente, lá verá pelas paredes esses desenhos, que o illustre reitor julgou bastante instrutivos para os seus alunos.

Eis em resumo alguns dos meus trabalhos, na provincia de Cabo Verde, que me atrevi a citar para corresponder á gentileza do dr. Francisco Antonio Martins, vindo á estacada em prol da minha modesta pessoa, que não tanto para responder a quem fez dos técnicos, idos a Cabo Verde, taboa raza de ignorantes, madraços e engenheiros de via reduzida.

Se me quizesse alongar e se não fôra o receio de pejar as paginas da *Gazeta das Colónias*, com assunto de tal natureza, eu bem poderia referir factos elucidantes e concludentes, para provar que a critica superficial e balofa é facil, não sendo tão facil, porém, a execução daquilo que a outros se criticou.

Termino este artigo traçando no espaço um ponto de interrogação e outro de admiração, a respeito da classificação de engenheiros de via reduzida, que o sr. Xavier da Fonseca houve por bem fazer.

Engenheiros de via reduzida?!

Quem? Os engenheiros Carvalho da Silva, Martins, Ruas e tantos outros, diplomados pelas escolas superiores do nosso país?

Mas se esses são engenheiros de via reduzida, como classificar aqueles que não possuem diploma igual ou equivalente aos seus; que se não sabe em que escolas, em que universidades adquiriram o direito legal ao titulo de engenheiros; que sem se saber como, nem porquê, se glorificaram com tal titulo?!

E actualmente ha tanto disso em Portugal!

Um que era condutor de Obras Publicas e passou a denominar-se «engenheiro auxiliar», empalma pouco depois a palavra «auxiliar» e passa a ser um autentico engenheiro; outro, faz-se doutor e usa o titulo com soberbia; outro ainda faz um curso por correspondencia e eis mais um autentico engenheiro ou doutor!

Esses, em meu modo de entender, é que poderão e deverão ser considerados de via reduzida, mórmente emquanto não tiverem praticamente demonstrado o seu saber, a sua competencia e a sua honestidade profissional; mas áqueles, chame-se-lhes tudo quanto se quizer, mas não engenheiros de via reduzida, porque eles estão no seu pleno e legal direito de responder aos blasfemos, com aquela celebre frase do inclito pintor Apéles, já por demais consagrada no decorrer dos séculos.

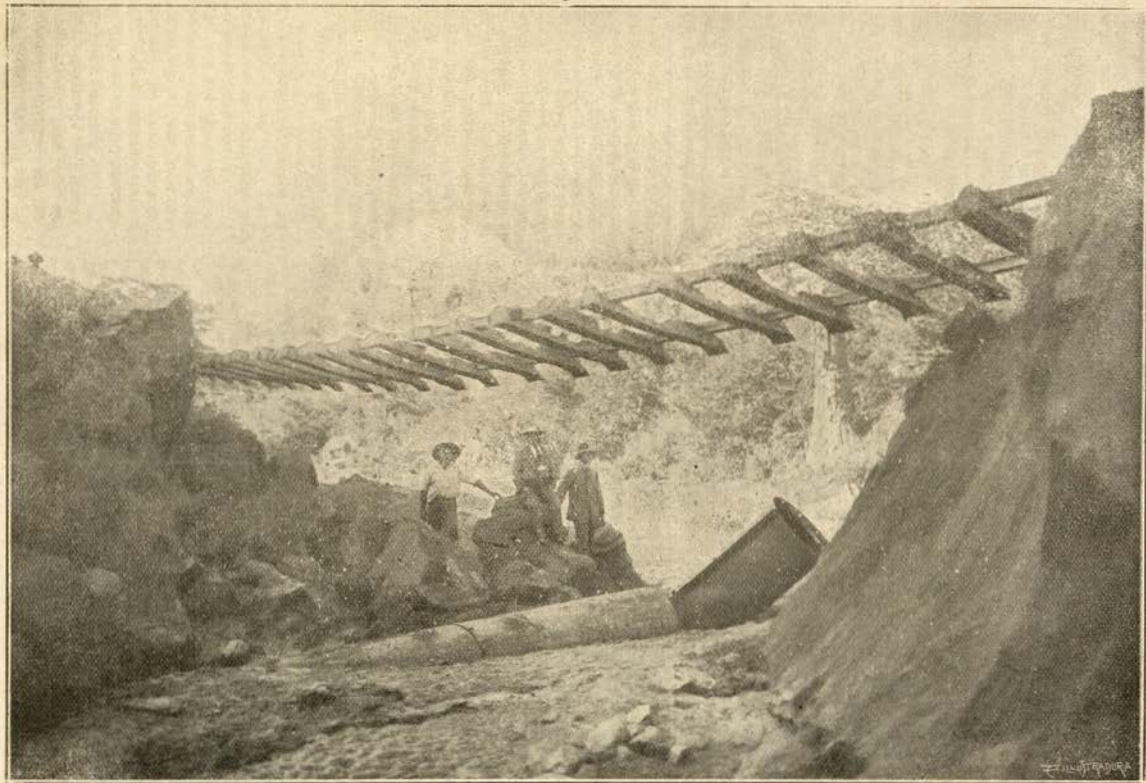
Sem mais creia-me, etc...

VIRIATO DA FONSECA

CONCESSIONARIO EXCLUSIVO
PARA A
Africa Occidental Portuguesa



COMERCIO DE ANGOLA, LDA.
REPRESENTANTES DA
COMPANHIA DO ASSUCAR DE ANGOLA
Benguela — Lobito — Loanda



ANGOLA — CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA — Avarias causadas pelas chuvas (1913)



Angola

COLONIZAÇÃO DE MOSSAMEDES

E MÃO DE OBRA I

A mão d'obra para Mossamedes é o mais importante dos seus problemas e, para o seu estudo e resolução, muito convirá fixar alguns factos e datas da nossa administração colonial, que com ela inteiramente se ligam.

Pelo tratado de Viena em 1815 e convenção adicional de 1817, ficou estabelecida a proibição do tráfico de escravos, na Africa portugueza; ao norte do equador, por completo; ao sul, atenuada, permitindo-se o seu embarque para o Brasil em navios com bandeira portugueza.

Mossamedes ainda então não existia e todo o litoral, do cabo de Santa Marta para o sul, era quasi despojado, de maneira que não era nessa parte da costa, que se poderiam fazer os embarques de escravos.

Envolvido, Portugal, depois de 1817, na guerra do Rio da Prata, na sufocação da insurreição de Pernambuco e nas lutas com o Brasil e depois nas do Constitucionalismo, foi entretanto prosperando e desenvolvendo-se o negocio da escravatura e só em 1836 o Marquez de Sá da Bandeira publicou o decreto de 10 de Dezembro, proibindo a exportação de escravos, que por mar, que por terra, em todas as colónias portuguezas, fossem elas situadas ao norte ou ao sul equador. Este decreto, contudo, só tem verdadeiro começo de execução pelas instruções de 4 de Outubro de 1838, do Marquez de Sá ao governador geral, vice almirante Noronha.

Se por este diploma e pelos anteriores se procurava a repressão do tráfico da escravatura, no que dizia respeito á sua exportação por terra ou por mar, é certo, contudo, que nenhum d'elles abolia o estado de escravo, que era legalmente consentido.

Entretanto a «Angra do Negro» tinha feitorias e já era conhecida por «Mossamedes» e, se não exportava escravos, porque não tinha indigenas,

traziam-nos, das terras donde vinham, os merciantes que ali se estabeleciam.

O Marquez de Sá, na execução do seu plano de estabelecimento de colonos europeus em Africa, faz com que em Agosto de 1849 desembarquem no porto de Mossamedes os primeiros portuguezes, vindos de Pernambuco, que vieram encontrar, quanto a mão de obra, o regime da proibição de exportação de escravos, e a permissão legal de os terem ao seu serviço.

Este facto implicava que o escravo, custando dinheiro, era um valôr do activo do seu possuidor, e tanto assim, que o decreto de 1854, do Visconde da Athouguia, permitindo a libertação dos escravos, estabelecia o principio da indemnisação aos *senhores* e o decreto de 1858, do Marquez de Sá, abolindo para daí a 20 anos, por completo, o estado de escravidão, promete que os proprietarios de escravos seriam indemnizados do seu valôr na fórma que uma lei especial havia de estatuir. De resto, este principio da indemnisação ao dono do escravo, tinha sido anteriormente estabelecido pela Inglaterra.

A agricultura de Mossamedes, era, segundo as informações da época, a grande fonte de riqueza que deveria ser explorada pelos colonos portuguezes de Pernambuco.

Tinham-lhes descrito as maravilhas de produções agricolas nas margens do Bero, adubadas pelos lameiros que as cheias do rio nelas depositavam. Mas, por infelicidade, quatro anos seguidos á chegada dos colonos, as cheias não vieram e o Bero, de fertilissimo passou a maninho.

As explorações agricolas encetadas, a da cana sacarina e a do algodão, pouco ou nada produziram, e os colonos, na sua maioria caixeiros e comerciantes, com pouca vocação para a agricultura, desanimaram na maior parte, preferindo dedicarem-se ao

comercio com o gentio e ficando agricultores, aqueles cuja tenacidade os levou a estabelecerem a irrigação dos seus terrenos com a manancial inexgotavel da agua do sub-solo das margens do Bero. Entretanto, a par da exploração agricola, alguns colonos dedicavam-se á pesca, o que sendo mais tarde observado por alguns maritimos de Olhão que tripulavam os navios que começaram fazendo escala por Mossamedes, os levou a tomar a resolução de virem explorar os mares do sul, saindo, quasi sem barulho, da sua sorridente vila por esses mares fóra, nas suas pequenas canoas, com a mesma facilidade com que já tinham ido ao Brasil levar a D. João VI a noticia da restauração do seu reino.

Ficaram assim estabelecidas três explorações: a agricola, que era a grande preocupação dos governos, porque era com ela que se contava para transformar o sul de Angola num novo Brasil; a da pesca, de começo quasi destinada á alimentação do pessoal indigena, e a do comercio com o indigena do interior.

Para qualquer destas explorações a mão de obra fornecida pelo escravo, que continuava existindo apesar do decreto de 58, porque, feitas as contas, reconheceu-se que seriam necessarios três a quatro mil contos para dar aos patrões pelos escravos que possuam, quantia com que o orçamento da metropole não podia.

Para resolver o assunto, o Marquez de Sá, pelo decreto de 1869, aboliu por completo o estado de escravidão, continuando, como compensação aos patrões, os indigenas a prestarem serviço, como libertos, até Abril de 1878.

A população branca de Mossamedes e, em geral, a de toda a colónia, convenceu-se da necessidade de acabar com a mão de obra escrava, e prevendo a dificuldade, senão mesmo impossibilidade, da substituição dos braços que empregava, procurou um

processo de fixar o indigena á fazenda, distribuindo-lhe lótes de terrenos para eles cultivarem em determinados dias da semana, colhendo para si os productos da sua cultura, com a condição de trabalharem nos outros dias para o patrão.

Esta transição no regimen de mão de obra, deu se em toda a provincia e o consul inglês, interino, em Loanda, Carnegie, em Abril de 1876, numa nota ao seu governo, aprecia-a com louvôr para a nossa obra de colonização.

Quando se deu completa execução ao decreto da abolição da escravatura, já ella tinha verdadeiramente acabado, e é ainda um outro consul inglês, Hopkins, quem faz notar ao seu governo, que essa almejada liberdade não causou a menor sensação aos iridigenas, chegando a haver alguns que interpretavam receiosos a nova lei, «*por que ella os vinha privar da protecção dos seus senhores a quem elles são geralmente muito dedicados e por quem são bem tratados*».

Com respeito, especialmente a Mossamedes, encontramos ainda o mesmo consul inglez, a escrever, em 6 de janeiro de 1877, ao conde Derby, o seguinte: «*Refere tambem Cameron no Bié, teve noticias de vapores que aportavam a Mossamedes para escravatura. Eu por mim visitei Mossamedes e soube que desde anos se não via ali coisa semelhante*. Ha em Mossamedes um governador e um estado maior de officiaes, assim como destacamentos de marinheiros e soldados, *por forma que a escravatura se tornou ali hoje impossivel*».

E assim era, na verdade. Não havia escravatura, nem era mesmo possivel have-la, porque os indigenas, quando se sentissem mal tratados, podiam á vontade fugir para o interior, a umas dezenas de quilómetros, onde os não podiamos perseguir por não haver uma occupação regular. O que havia era o indigena que, tendo sido educado na convicção de que *pertencia* a determinado patrão, porque tinha custado dinheiro a esse patrão e vivendo num regimen de tratamento, em que raros eram os casos de violencias, e maus tratos, e rarissimos aqueles de verdadeira escravatura, aceitava, como bom e justo e sentia elle proprio que era propriedade do patrão.

O regimen de serviçais não veio, pois, trazer alteração á mão de obra de Mossamedes e a agricultura, a industria e o commercio, continuaram no seu desenvolvimento, até que cousas estranhas que por acaso coincidiram com o estabelecimento dos serviçais, o algodão que a America já não queria e o alcool que Hamburgo nos

obrigava a querer, vieram trazer uma grave crise aos agricultores.

Entendeu-se, então, que só barateando a mão de obra, a agricultura poderia prosperar e os governos julgaram que resolviam a crise determinando uma redução nos salarios dos serviçais de Mossamedes.

Nem agricultores, nem governo, perceberam o erro de tal determinação e ainda em 1880, a proposito da regulamentação do trabalho, se vê conceder aos agricultores de Mossamedes que pagassem só 7\$000 anualmente, de salario aos seus serviçais, quando bem perto, no Dombe, os indigenas ganhavam 21\$00.

O resultado não se fez esperar. O serviçal fugia e armava em chefe de quadrilha de salteadores, vindo roubar gados, não só a outros pretos, como aos proprios patrões, cuja fazenda por vezes assaltava.

O patrão protestava. O governo,



sem occupação alguma no interior, permitia que o patrão, na maioria dos casos official de 2.ª linha, armasse tambem uma quadrilha para ir procurar os seus gados roubados, e as guerras e razias, passavam a ser o modo de vida. Vinha um governador que dava razão aos patrões e para evitar a indisciplina dos serviçais os mandava castigar ás 1.000 e 2.000 varadas, e logo a seguir vinha outro, que metia os patrões na cadeia e dizia ao serviçal que era livre, o que este aproveitava fugindo para o mato, passando a selvagem e aproveitando as occasiões para roubar brancos e pretos.

Nesta desorientação se ia vivendo e a agricultura lutando com inumeras dificuldades, arrastava se miseravelmente, esperando quem lhe desse o golpe de misericórdia que a liquidasse.

Veiu o desastre do Cuamato e mais tarde a questão internacional e o Governo, precisando salvar o sul de Argola, resolveu-se a fazer por sua conta um caminho de ferro, cuja construção avançasse muito rapidamente. Sem

ter os territórios occupados, não tinha braços para esse caminho de ferro, mas como o caso urgia, vem o proprio governador pedir aos agricultores de Mossamedes, que tomem empreitadas nesse caminho de ferro e nelas empreguem os seus serviçais.

Era um salvatério para a agricultura encravada e todos acudiram ao chamamento do governador geral, e entretanto, porque o proprio governo apesar de bom patrão e cumpridor exacto de todas as disposições do regulamento do trabalho, não conseguiu ter um serviçal, pediam os diversos serviçais, do caminho de ferro, obras publicas, correios, alfandega, capitania, etc., a particulares, que lhes cedessem os seus serviçais, mediante retribuição que, por essas repartições, era entregue aos patrões e não aos indigenas que prestavam serviço.

A imoralidade promovida e sancionada pelo governo, estendeu-se aos particulares e aos serviços domesticos, e era o proprio governador do distrito de Mossamedes, que, ainda em Novembro de 1910, pagava ao dono de uma sua serviçal a quantia de 6 escudos, importancia do salario desta.

Veiu então a Republica e a luta para que este estado de coisas acabasse, para o que, justo é dizer-se, a Camara Municipal de Mossamedes já dois anos antes tinha chamado a atenção dos poderes publicos.

O golpe dado com pulso rijo encontrou reacção correspondente e a vida de Mossamedes transformou-se numa luta constante, em que abundam os insultos, as calunias, as intrigas e as infamias. Nada se poupa e só com o governo do sr. Norton de Matos a vida se normalisa, depois daquelle Governador ter feito vêr e compreender a indigenas e patrões que o trabalho era livre, mas uma necessidade da vida e que a remuneração era a compensação a esse trabalho.

(Continúa).

ALFREDO FELNER.

SANTOS, OLIVEIRA & C.^A
Comerciantes e Agricultores
Comissões e Consignações
LOANDA E MALANGE



Mozambique

A COMPANHIA DO NIASSA

III

PROSSEGUINDO na análise que vimos fazendo á obra da Companhia do Niassa, para o que nos tem servido, como razão de ordem, o questionário apresentado no Parlamento pelo sr. senador Mendes dos Reis, ao propôr-se pôr em relevo a péssima administração dos territórios do Cabo Delgado, vamos hoje responder ás duas ultimas questões por S. Ex.^a formuladas.

Perguntou o sr. Mendes dos Reis: «Como interpreta e conjuga o Governo o art. 29.^o do referido decreto (carta de concessão) e o art. 2.^o do decreto de 13 de Novembro de 1891, que modificou o anterior, e o § único do art. 1.^o e art. 3.^o do decreto de 9 de Março de 1893?»

Diz o art. 29.^o: «O governo poderá no fim de vinte e cinco anos, contados da data do contrato definitivo celebrado com a Companhia, em virtude deste decreto, e depois disso no fim de cada periodo de dez anos, acrescentar, modificar ou revogar qualquer ou quaisquer das disposições desse mesmo contrato, ou decretar novas clausulas em substituição ou ampliação das primitivas...»

O art. 2.^o do decreto de 13 de Novembro de 1891, amplia para 10 meses o praso para a constituição definitiva da Companhia, que antes era de 6 meses, contados da data da publicação da carta de concessão.

O § único do art. 1.^o do Decreto de 9 de Março de 1893 determinou que a Companhia do Niassa se achasse constituída até 30 de Julho desse mesmo ano, enquanto o art. 3.^o alonga de 25 para 35 anos o praso a que se referiu o art. 29.^o, já transcrito.

Pela leitura das disposições legais que citámos, reconhece-se facilmente quanta transigência houve, logo em princípio, em favor da Companhia do Niassa, que tão mal a essa attitude tem correspondido, descurando constantemente todo o trabalho de valorisação dos territórios que lhe foram concedidos.

Ao invocá-las porém o sr. Mendes dos Reis, fé-lo, ao que pensamos, no sentido de ser esclarecido sobre qual

seja a data precisa em que termina o praso, no fim do qual o Governo poderá acrescentar, modificar ou revogar quaisquer disposições do contrato.

Em nosso entender fácil é estabelecer essa data, visto que, tomando-se na carta de concessão como base da contagem a data do contrato definitivo e tendo este sido substituído pelo auto de posse, deverá ser da data desta, que o praso fixado, em 35 anos deve ser contado. Assim, porque a posse se realisou em 27 de Outubro de 1894, deverá tal periodo terminar em 1929.

Poderá isto representar que antes de 1929 o Governo Central não tenha meios de obrigar a Companhia ao integral cumprimento das suas obrigações?

De fórma nenhuma. O Governo tem sempre o direito, que lhe confere o art. 38.^o da Carta de Concessão,

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação — O Grande Premio.

de rescindir o contrato, desde que as suas estipulações não sejam, como não têm sido, cumpridas.

No fim do praso dos 35 anos podem as clausulas contratuais ser modificadas. Mas o que se lucrará com isso, se á Companhia elas continuarem a merecer o mesmo respeito, que até agora têm merecido?

Não, o que o Governo tem de fazer a bem dos interesses nacionais é compellir a Companhia do Niassa ao immediato e integral cumprimento das suas obrigações e, na falta d'ele, rescindir o contrato.

Haverá outra solução? E' possível que haja; no entanto estamos certos que esta que preconisamos é a que por todos os que ao assunto têm dedicado as suas atenções é considerada como sendo a única razoavel e lógica, dada a situação criada pela Companhia do Niassa.

E nestas idéias parece comungar

a propria Companhia quando declara não iniciar a construção do caminho de ferro, sem saber se a concessão lhe será prorogada.

Em que baseia a Companhia a sua duvida? Evidentemente na consciencia que tem, de que bastos motivos tem dado para que o Estado se desligue do contrato feito.

Essa confissão que bastará para orientar o governo e a opinião pública, fa-la a Companhia no seu relatório referente ao exercicio de 1922. Aí sob o titulo: Caminho de Ferro — Prorogação da Carta Organica da Companhia, escreve-se:

Tratando do Caminho de Ferro, no nosso anterior relatório escrevemos: «E', portanto, indispensavel construir o Caminho de Ferro. Mas, para se poder continuar nas diligencias acima indicadas, torna-se necessário aguardar o resultado de importantes negociações que estão sendo tratadas com o governo.

Cumpre-nos hoje dar a explicação dessas palavras.

A administração assegurou-se de que lhe seria facil obter a organização duma sociedade financeira que tomasse a construção e exploração, sem subsidio pecuniario, do Caminho de Ferro.

Uma unica condição era posta para essa organização; que a carta de concessão da Companhia do Niassa fosse prorogada. São obvias as razões, justificadissimas dessa condição. Desde logo a administração expôs a situação ao governo, solicitando a prorogação da carta. Sobre o assunto foi mandado ouvir o Conselho Colonial, sendo este de opinião que fosse ouvido o Governo da Provincia de Moçambique. Demorou-se essa consulta, até que em 7 de abril de 1922, S. Ex.^a o Ministro das Colónias mandou comunicar á Companhia que «o assunto está sendo tratado, dependendo a sua solução de informação que o Sr. Alto Comissário da República em Moçambique prometeu dar logo que visite os Territórios dessa Companhia.

Efectivamente nos Territórios recebeu-se a informação de que eles seriam visitados, pelo Alto Comissário da República em Moçambique. Esta visita, todavia, até ao momento presente ainda não se realizou.

Sabemos que na realidade não se efectuou a anunciada visita do Sr. Alto Comissário, mas talvez nem por isso tenha deixado de entrar no Ministério das Colónias alguma informação, embora não baseada na observação directa, para a qual não faltariam elementos na Província, onde, como já tivemos ocasião de salientar, é sobejamente conhecida a obra da Companhia de Niassa.

Mas, em qualquer hipótese, será admissível que a Companhia venha em 1922 condicionar o cumprimento duma obrigação que assumiu em 1891, e que não só as disposições do contrato lhe impunham, mas que o mais elementar progresso dos seus territórios lhe exigia? Evidentemente não.

Por nós, porém, que não pretendemos exercer qualquer pressão, mas simplesmente expôr os factos, tais como eles são e como é mister que sejam encarados por quem tenha de resolver sobre o assunto, não iremos, por enquanto, mais longe...

Perguntou o sr. Mendes dos Reis em ultimo lugar: «Como foi cumprida a base 17.^a para a Administração dos

Territórios da Companhia, de 3 de Novembro de 1897?»

Por esta base deverão existir na sede do governo dos territórios as seguintes repartições: secretaria do governo; serviço de fazenda; serviço aduaneiro e portos; correio; obras públicas; agronomia e minas.

Não sabemos ao certo quais as repartições que efectivamente funcionam hoje em Porto Amelia; o que sabemos é que em 1922 ainda se andava pensando em criar a Repartição dos Serviços de Agricultura, que a Companhia deveriam ter, merecido desde o inicio, o melhor dos seus esforços. Nessa altura dispunha-se a Companhia a fazer um sacrificio, propondo a um técnico, a avultada remuneração de... seiscentos escudos!...

Terminámos as respostas ao questionário formulado pelo sr. senador Mendes dos Reis. A êle nos cingimos e o que dissêmos bastará para esclarecer a opinião pública acerca do que tem sido a administração dos territórios do Niassa, nestes 33 anos decorridos sobre a data da sua concessão á Companhia.

Muito havia que dizer ainda...

Aguardaremos porém o regresso do sr. Mendes dos Reis.

S. Ex.^a deverá trazer do Niassa gratas recordações da fórma por que de-

ve ter sido recebido; virá porventura profundamente impressionado com as belezas da região; mas o que S. Ex.^a não pôde trazer de lá é o desmentido aos factos que já conhecia e que o levaram a querer atacar no Parlamento a Companhia do Niassa; do que S. Ex.^a não poderá vir convencido é que nos territórios da Companhia, ha escolas, trabalhos de colonisação, caminhos de ferro, os indispensáveis telégrafos, e estradas, que tornassem dispensável a sua saída dos territórios, para conseguir visitar o concelho de Metengula, na margem do lago...

Aguardemos pois, mas desde já convém salientar que nos não preocupa o facto de a Companhia do Niassa continuar a ser ou deixar de ser detentora dos vastos territórios que lhe foram concedidos.

O que nos interessa exclusivamente, o que procuraremos conseguir por todos os meios ao nosso alcance, é que se modifique esta deplorável situação, que nada pôde justificar—a de uma Companhia sub-concessionária do Estado, com poderes excépcionais, se manter em permanente desrespeito pelas obrigações que assumiu e no mais revoltante desprezo pelos interesses do País.

Isso é que não deixaremos passar sem protesto e estamos certos de que não nos encontraremos sós na atitude que, por dever, tomaremos.

T.

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PORTO—(PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e Bolama. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguella, Mossamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.



Macau

O PROBLEMA DA INSTRUÇÃO

LICEU CENTRAL OU NACIONAL?

Publicamos hoje a opinião duma das pessoas que, conforme a orientação que traçamos, resolvemos ouvir sobre este importante assunto

É a do Sr. Comandante Henrique Valdêz, que no Senado representou Macau e a quem os interesses da provincia tem merecido constantemente o maior carinho

TEMOS acompanhado com o maior interesse a discussão que, de ha tempos, vem sendo feita sobre a necessidade de se conservar ou de se modificar a situação actual do Liceu de Macau, e, convidados pelo illustre director desta bela publicação colonial, a concorrer com o nosso modesto esforço para a propagação dos nossos interesses no Ultramar, vimos gostosamente trazer ao assunto mais uma opinião, um modo de ver de quem conhece a Colonia e deseja o bem estar dos seus habitantes. Não ha razão nenhuma, podemos affirmá-lo com convicção, que justifique a pretensão a baixar de categoria o Liceu de Macau; como razão alguma houve, em nosso entender, para o deslocar do lugar saudavel e alegre que tinha na Penha, e collocarem-no na cova humida e deprimente que tem hoje no Tap S. ac junto ao Cemiterio de S. Miguel!

Macau não pode deixar de ter um Liceu e um Liceu completo sob o ponto de vista pedagógico, abundante em material didactico, bem provido de professores competentes e capaz de ministrar aos alunos toda a instrução secundaria que é lei do País. A sua reduzida frequencia resulta apenas de não se ter feito em volta dele a necessaria propaganda e ainda de não se ter dado ao curso um aspecto pratico e util que atraísse ou obrigasse á matricula os filhos da Colônia. Bastas vezes nos temos referido ao assunto em jornais locais; e a nossa opinião, então manifestada, foi sem-

pre a de que reputamos indispensavel que o curso ou parte do curso se tornem obrigatorios para a admissão em certos empregos publicos: dois ou cinco anos para as categorias inferiores, e os sete anos para os lugares superiores. Aceite este principio e subsidiando o governo da colonia um ou outro aluno que se tenha mostrado distinto, e que queira vir á Metropole, é certo, certissimo que não faltará frequencia ao Liceu e que até, no fim de algum tempo, ninguem virá discutir sobre se ele deve ser Central ou Nacional!

Sem essa vantagem, que reputamos necessaria, ainda assim o Liceu deve ser completo no seu curso. O Estado republicano não tem o direito de negar a instrução seja a quem fôr, ainda mesmo que haja que classificar de sacrificio o esforço dispendido em favor dos que a ele recorrem. Passe com a instrução o mesmo precisamente que ocorre com as despesas militares: porque não ha guerras todos os dias, ninguem se lembrou, crêmos nós, de propôr que eliminemos os nossos quartéis ou os navios, deixando ou determinando que soldados ou marinheiros façam a sua preparação ou vivam nos quartéis ou nos barcos estrangeiros. Dispendiosas como nenhuma outra, asfixiando o nosso erario com o peso brutal dos seus numeros, as necessidades militares são toleradas e são mesmo aumentadas de dia para dia. Porque não se ha de pensar o mesmo das necessidades da instrução? Não se trata de uma defesa tambem? A' maquina burocratica, ao regular andamento dos negocios do Estado, ás artes, aos officios não convirá que o funcionario ou o artista possuam uma illustração geral, uma dose de conhecimentos extra-profissionais que o habilitem a uma melhor compreensão e um mais largo desenvolvimento dos serviços a que se entregam? E, sem Liceu, onde hão-de os filhos de Macau receber essa illustração geral? Na Universidade de Hong-Kong?—Mas

isso seria um novo convite á desnacionalização; e não faltam, infelizmente, motivos que a eles incitem! No Seminario?—Sendo criterio mais aceitavel, representaria no entanto a sua adopção uma abdicção de affirmações republicanas, uma prova da incompetencia do Estado que, logo no advento da Republica, afirmou a possibilidade de distribuir, ele mesmo, a instrução ao povo. Bem basta a insensatez com que os governantes tem deixado passar 14 anos sem o estabelecimento na colônia de um internato para meninas que substituisse as escolas, de justa e notavel reputação, que, até 1911, eram dirigidas por elementos congreganistas!

Virem estudar a Lisboa seria o mesmo que decretar que aos filhos de Macau fôsse coartado o direito de beneficiarem da instrução secundaria; a colônia está tão distante da Metrópole que só familias privilegiadas usariam desse recurso, entregando os seus filhos a amigos que porventura tivessem em Lisboa e subvencionando-os.

Tudo indica, portanto, que o Liceu deve persistir e que nele se ministre todo o curso. Os alunos que de lá veem honram a Colônia, pois o nivel da sua instrução, se não é superior ao daquela que aqui é ministrada, tambem não se tem mostrado inferior; esses alunos tem sido brilhantes nas escolas superiores e, após os seus cursos, poderão constituir altos valores na economia ou na administração de Macau.

Depois, e para acabar, a instituição do Liceu veio demonstrar quão errada e injusta era a affirmação, outrora em voga, de que o macaense só tinha vocação para os cursos comerciais e que só esses cursos lhe poderiam ser uteis.

Que remedio tinham eles senão terem *essa vocação*, uma vez que o Estado lhes não facilitava os meios de... terem outra!...

HENRIQUE VALDEZ

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORR S AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTE: *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres Muralo «Murie», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possumos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotos e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo- metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

MÁQUINAS E APARELHOS

PARA TODAS AS INDUSTRIAS

MOTORES a óleos pesados, a gaz pobre, gazolina, etc., de 4 a 500 HP

Materiais de construção

Cimento "ALSEN"

Ferros, tubos e arames

CARVÃO

Portuguese Corporation of Commerce

64, Cais do Sodré, LISBOA -- 39, Rua Nova da Alfandega, PORTO
e em Vila Real de Santo Antonio, Covilhã, Setúbal e Figueira da Foz

Estrangeiro

MAJOR LEITE
DE MAGALHÃES

ET NUNC ERUDINIMI!

A GAZETA DAS COLONIAS, que entre nós veio preencher uma lacuna e que galhardamente se tem batido pelo rumo direito da nossa administração do ultramar, entendeu—e muito bem—que, neste malaventurado país onde a selecção dos homens é uma trica que só nos corrilhos políticos se decide com possibilidades para qualquer sacripanta versado em Paulo de Kock de sobraçar pastas de ministro ou assumir governos de além mar, entendeu, repito, que não seria descabido ministrar nas suas colunas alguns ensinamentos, ora em grandes ora em pequenas doses, sobre o que nas colónias alheias se vai passando, assim concorrendo para que, ao menos, se pincelem de sciência (... em comprimentos) os ilustres paparretas que, fracassados em todos os campos, na administração colonial vislumbrem um poleiro de gloriificação, jacil de trepar.

... E foi assim que deu à luz esta secção.

Mal andou, porém, em confiá-la ás minhas mãos depois da sua auspiciosa paridura:—tão fracas são os méritos que neste humilde colaborador se alojaram, que nunca serviram senão para lhe preparar a queda em todas as pequenas alturas onde, por bambúrrio, se elevou. Verdade seja que também algumas vezes foi empurrado pelos próprios que os seus serviços utilizaram, limitando-se a assinar de cruz os trabalhos que fazia... Mas o certo é que, á força de dar tombos, se convenceu de que não tinha prestabilidade para o mistér, e que forçoso lhe seria passar á categoria de amador, deixando o caminho livre aos «manipancos» que hoje andam na berra para o exercicio dos altos cargos do ultramar.

Ora a Gazeta bem poderia escolher quem mais envergadura tivesse para o lugar e não precisaria da lanterna de Diogenes para que the right man fósse encontrado. Lá the pareceu, porém, que um corpo já habituado aos trambolhões teria o calo necessário para d.r mais um sem grande sacrificio, e—catrapús—cá me poz

de guarda ao torreão... até que me atirem d'ele abaixo.

Orientação?—Confesso que ainda a não tomei. As poucas horas que do struggle for life me sobejam, é, de facto, em leituras coloniais que as emprego, por sêr essa a única paixão que me ficou. Acaso bastará que aqui vá registando, quinzena a quinzena, os factos que mais hajam despertado a minha atenção para que, estabelecido um paralelo, elles nos sacudam o brio para fazermos melhores obras on nos consolem pelas obras que já fizemos?—Experimentarei esse caminho. E, como não posso desperdiçar as horas em reflexões que me demorem a acção, já nele dou os primeiros passos, esperando que o tempo me diga se nesse trilho andarei errado.

A Belgica e o Congo belga

Rezaram as gazetas que um grupo financeiro norte-americano, presidido pelo Banco Morgan, lançara no mercado de New-York a primeira metade de um empréstimo de cem milhões de dolares, ao juro de 6 % amortizavel em 30 anos, sendo essa metade destinada ao fundng da divida e a metade restante ao desenvolvimento do Congo Belga.

Em meia hora estavam cobertos os 50 milhões de dolares pedidos, tornando-se necessário o rateio. E, daqui a pouco, outra meia hora bastará para que os 50 milhões que hão de rasgar e fecundar os sertões do Congo também entrem nas caixas fortes daquela Belgica tão pequena na estatura quão admiravel de grandeza na sua acção.

Cincoenta milhões de dolares são qualquer coisa como um milhão e cem mil contos desta misera moeda com que em nossa casa se compram as enxadas da horta e o pãozinho da mesa. E é aquela quantia imensa, que vale quasi tanto como dois terços da circulação fiduciária de Portugal, que a Belgica vai aplicar ao fomento da sua grande colónia,—ao passo que nós, ainda ha poucos dias, quasi vimos derrubado um ministro

que, numa intervenção oportuna, quizera socorrer a desgraçada Angola atirando-lhe para o regaço a esmola (?) dum empréstimo (... e hipotético, apenas), que não chegaria a valer cincoenta mil contos no peor dos casos. E foi o parlamento inteiro que contra a medida se pronunciou... enquanto que, por detrás da porta, o Banco Ultramarino gargalhava satisfações com mais aquele golpe, que nas mãos continuaria a deixar a corda da força onde a Provincia estrebuxa.

Que tristeza!... A Belgica, conscia das aflições que perturbam a economia do seu Congo, onde as mercadorias vão abarrotando os armazens sem possibilidades de vasão pela deficiencia dos meios de transporte, rapidamente se apresta para acudir-lhe, e, num gesto largo de carinho e de sacrificio, toma sobre os seus ombros a responsabilidade de salvar e impulsar o crescimento dessa riqueza, que é também a sua. Ao passo que nós, vai em vinte mezes que assistimos, numa impassibilidade quasi cínica, ao ruir duma colónia que podir ser o nosso orgulho; e, ao fim desse tempo, o máximo que lhe damos é... a moção do sr. Visconde Pedralva, barranto á Metropole a possibilidade de qualquer socorro que para ela representa um encargo. E, por outro lado, quando alguma alma caridosa se prontifica a adiantar á Provincia os fundos de que está carecida para não morrer, o minimo que acontece é cair em suspeição pelo seu gesto, e parece que se aguarda alguém que, emprestando-nos o seu dinheiro, ainda por cima nos pague... o respectivo juro.

... Já não faltará quem nos considere pobres, parvos... e pulhas,—com os trez ppp, que não são bem os de Braga, mas que não deixarão de ter sua razão.

A produção do café nas colónias francezas

A França queixa-se de não produzir nas suas colónias senão uma

quantidade infima do café necessário ao consumo da sua população, que, por cabeça, absorve 3,6 52 daquele saboroso tónico, ocupando o quarto lugar entre os povos mais consumidores do mundo.—a Holanda (5,6 62), a America (5,6 48) e a Belgica (5,6 02).

A produção total nas colonias francezas, em 1922, foi apenas de 4.683 toneladas, com a seguinte distribuição:

Madagascar	2.322 ton.
Tonkim	848 »
Nova Caledónia	641 »
Guadalupe	500 »
Novas Hébridas	194 »
Africa	146 »
Reunião e Martinica	32 »
Soma	4683

Ora vamos lá rejubilando que, neste ponto, metemos a França num chinelo:—só a Província de Angola exportou, no mesmo ano de 1922, nada menos de 10:304 toneladas, ou seja muito mais do dobro do que a França conseguiu colher nos seus domínios. E até a pequenina Timor bateu galhardamente as suas rivais francezas da Oceania, entregando aos portos cêrca de 1:762 toneladas,—o que demonstra que, se bem podemos ser dos últimos em matéria de *admi-*

nistração, ainda não somos dos peores no que respeita a *trabalho* em campo virgem, e que esta «máquina», com mais duas grammas de fósforo na cabeça dos *governantes* e uns saquiteis de libras nos escaninhos do *tesouro*, talvez pudesse servir de exemplo... a muitos que a deprimem.

... E o preto que trabalhe!

Ora como a França possui terras de mais para a população que Deus lhe deu (e que por *artes do diabo* não anda nem desanda), toca de apelar para o braço disponível do «negro», que já deu contingente farto para o matadouro da guerra, e que o sr. Sarraut aconselha que se aproveite... para a mangoeira da paz. Assim se insinua que o desenvolvimento da cultura do café a cargo do «negro» deverá ficar,—talqualmente se procedeu relativamente á cultura do algodão na Africa Ocidental Francesa, onde o governador, general Carde, ainda ha poucos meses expediu aos seus subordinados uma circular... futurista (muito parecida com as nossas) cheia de providências atinentes á produção, — que até áquele

instante só tinha dado resultados contraditórios.

...Mas não faltavam no plano, para a resolução eficaz do problema, nem as vias de comunicação para a drenagem, nem a instalação de oficinas para descarçamento, nem a criação de mercados de compra e organização de serviços automóveis para transportes... *simples, práticos e económicos* (!!!), declarando-se que era uma obra de *grande fôlego* aquela de que se tratava e que um *esforço poderoso e contínuo se impunha, cumprindo a cada colónia participar nêle até ao extremo limite das suas forças*.

Aquele Sr. Sarraut! Aquele Sr. Sarraut!... Que voltas que deu á moleira de tanta gente que nas suas teorias se embebedou! Ainda hei de ouvir um dia as bocas francezas apregoarem-no como «*l'envoyé de Dieu*», — titulo que até ha pouco apenas gosava indisputadamente o Sr. Charles Maurras.

...Que — verdade, verdade! — «*la mise en valeur des colonies*» sem grandes dispêndios em *carne e dinheiro* da França, não deixa de ser coisa tão milagrosa e merecedora de admirativo culto como... a vara de Moisés.

E, por hoje, ficaremos por aqui.

Arquivo selecto

A entrega de Bombaim aos ingleses

(Cartas da regente de Portugal, D. Luísa de Gusmão e do rei D. Afonso VI ao Governador da Índia).

Antonio de Melo de Castro:
Amigo.

Eu El Rey vos envio muito saudar. Pelo Capitulo do que se Contratou com El Rey de Inglaterra, meu bom Irmão, e Primo, sobre o Dote da Rainha Sua Mulher, minha muito amada, e prezada Irmã, que será em companhia desta Carta, entendeis como, e o modo porque lhe toca o Loto, e Terra de Bombaim, e obrigação que tenho de lhe mandar fazer entrega della, logo que chegardes ao Estado da Índia pedireis Procuração d'El Rey, e entenderis por ela a pessoa a que se hade dar posse, e fazer a entrega; e o fareis dar do modo, e forma daquella Capitulação, guardando-a, e fazendo a guardar muito pontual, e inteiramente, e Ordenareis se fação de tudo Instrumentos, com toda a clareza, e distincção, para a todo o tempo constar, de que neste negócio passou, e vos remettereis por vias, para com isso se acabar de ajustar a quitação do Dote, que se prometteo a El Rey, pelos mesmos. Capitulos d'aquelle Tratado vos será presente a união, que celebramos, e a obrigação que El Rey tem de me socorrer em todos os apertos, e necessidades, que disso tiver, se nos em que vos for conveniente valer-vos dos Ingleses, o fareis, como tambem os ajudareis no que vos for possível. Escrita em Lisboa a nove de Abril de mil seiscentos, sessenta e dois.—Rainha. —Lara Antonio de Mello de Castro.

Antonio de Mello de Castro, Governador
Amigo.

Eu El Rey vos envio muito saudar. Por via de Inglaterra me chegou noticia que neste Estado houvera duvida a se entregar a Praça de Bombaim á ordem d'El Rey de Grã-Bretanha, meu bom Irmão, e Primo, na conformidade das minhas, que levastes, o que nesta parte se estranhou muito, e me causou grande sentimento, e porque além das razões das conveniências desta Coroa, e particularmente deste Estado da Índia, que me fizeram t mar aquella Resolução, áesejo car toda a satisfação a El Rey meu Irmão, a mandar estas, e outras considerações, que pora isso ha, e porque El Rey meu Irmão, deve mandar novas Ordens, que tirem qualquer duvida que houvesse nas primeiras que mandou, vos ordeno, que em cumprimento das que levastes minhas, façaes que se execute a dita entrega, muito pontualmente, sem contradicção alguma, pois a materia a não admite, e a dilacão he muito prejudicial, e em assim o cumprirdes, como de vos espero, me haveris por bem servido, e contra o que o impedir, mandareis proceder com a demonstração que o caso pede. Escrita em Lisboa a dezesses d' Agosto de mil seiscentos sessenta e tres,—Rey. —Lara Antonio de Mello de Castro. —O Conde de Cast-milhor.



Agricultura Colonial

Irrigação do Vale do Limpopo

Sacharum officinarum

O PROBLEMA da irrigação das terras do distrito de Lourenço Marques e das do antigo de Gaza, está tomando dia a dia um fôo grande relevo pela importância que encerra em relação ao fomento, criação de riquezas e vida do Sul da Província, e pelo alcance que tem em face da nossa situação geográfica e necessidade urgente e imperiosa de valorizar os nossos caminhos de ferro e porto de Lourenço Marques, já modeladamente equipados, mas absolutamente á mercê do Rand, — que não nos furtaremos a contribuir, embora pobremente, é certo, com os resultados da nossa experiência em trabalhos de amanho e exploração da terra, publicando as notas que se seguem colhidas directamente numa das empresas agrícolas de maior importância na nossa Africa Oriental.

Referem-se elas ao cultivo da cana sacarina na Companhia Colonial do Buzi, e resultados obtidos com a adoção dos cultivos irrigados.

A preferéncia da cultura da cana de assucar nos terrenos do Limpopo, impõe-se nos sobre qualquer outra, já porque se trata de terras fundas, de rico nateiro, de composição física e química igual ás melhores do mundo onde se pratica este cultivo em larga escala, já porque é das explorações agrícolas mais remuneradoras e de mais seguros resultados. Por isso, registaremos nas linhas que se seguem alguns

dos elementos que colhemos em 1920, ao sermos encarregados pela Companhia do Buzi, de colaboração com o professor Ruy Mayer, da escolha e do estudo sob o ponto de vista agrológico e da hidraulica agrícola, de dois blocos de terreno de 8 mil hectares para a cultura da cana doce e do milho nas suas concessões da Beira, e dos que recentemente ali obtivemos ao estudarmos o projecto da barragem do rio Buzi para irrigação de 24 mil hectares de

motriz á nova fabrica assucareira a montar no Terreiro da Lucta.

Qualidade e análise das terras

São do relatório que em 1920 apresentamos com o professor Mayer os elementos de análise das terras indicadas no quadro n.º 1, as quais foram classificadas em quatro tipos a partir da margem do rio Buzi para o interior :

QUADRO N.º 1

POR CENTO:

	Composição física				Composição química				
	Areia	Argila	Calcareo	Humus	Azoto	Acido fosfor.	Potassa	Cal	Magnésia
Tipo A.....	41.04	57.17	—	1.79	0.254	0.192	0.280	0.138	0.136
Tipo B.....	27.71	68.42	0.75	3.12	0.312	0.198	0.266	0.103	0.121
Tipo C.....	31.78	64.55	3.15	0.52	0.265	0.179	0.259	0.217	0.080
Tipo D.....	41.51	54.61	1.75	2.13	0.167	0.130	0.253	0.320	0.130
Terreno normal.....	30.00	30.00	30.00	10.00	0.150	0.150	0.250	0.500	—

terreno da margem direita e para a derivação da agua do rio destinada a dar força

Sendo indispensável para o crescimento e desenvolvimento da cana de assucar uma

Chuva, em milímetros, proximo das plantações. — (Altitude 4.00).

MÊS	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923
Janeiro	99.8	400.6	317.6	126.9	162.5	563.8	299.3	313.1	263.1	11.1	279.0
Fevereiro	235.1	219.7	375.2	56.6	91.9	514.9	319.5	485.0	134.2	202.3	479.2
Março	138.6	410.0	146.2	238.1	224.7	279.7	49.2	680.7	240.9	22.2	531.3
Abril	126.3	177.8	51.1	42.4	333.4	78.9	58.0	103.0	270.1	54.3	41.3
Maió	105.0	16.4	132.0	27.2	92.5	103.4	68.8	67.1	105.0	31.2	79.3
Junho	25.7	2.5	50.1	35.2	9.6	15.5	48.1	22.5	25.4	68.4	16.9
Julho	3.4	29.9	12.8	4.6	4.5	15.2	34.9	11.9	39.1	11.5	46.2
Agosto	1.9	25.8	4.5	6.4	133.0	9.6	9.4	18.9	58.7	0.0	9.1
Setembro	12.9	11.1	65.0	0.5	20.3	0.0	13.8	19.4	13.0	7.9	22.1
Outubro	3.9	11.3	19.6	82.4	1.8	31.5	8.2	49.7	140.5	102.1	8.2
Novembro	191.2	10.7	16.3	364.4	179.5	258.9	40.5	153.2	246.9	113.4	79.2
Dezembro	45.1	290.2	175.6	166.6	780.3	163.5	187.5	79.9	173.0	347.2	252.2
	988.9	1606.0	1368.0	1151.3	2234.0	2034.9	1127.2	2004.4	1709.9	971.6	1827.0

acentuada porção de cal e humus, mostra esta análise a necessidade de adicionar às ricas terras do Buzi uma equilibrada quantidade de cal, a fim de poder tirar delas a maior produção.

O adicionamento da cal é, aqui, fácil e económico dadas as magníficas pedreiras de calcário que a Companhia possui nas concessões da «Mutanda» e «Estaquinha», cuja percentagem em carbonato de cálcio é deveras elevada.

Elementos meteorológicos

Os dados meteorológicos que se seguem são do Observatório da Beira, a 25 quilómetros das plantações.

Nestas, estendidas já hoje por perto de 4.000 hectares, instalaram-se alguns adómetros, cujas indicações vão sendo cuidadosamente tomadas e registadas.

Médias anuais das temperaturas nos últimos

11 anos

(Altitude 4,00)

1913.....	24,76
1914.....	24,16
1915.....	24,16
1916.....	24,04
1917.....	24,28
1918.....	24,12
1919.....	24,12
1920.....	24,17
1921.....	24,10
1922.....	24,34
1923.....	24,65

Média geral: 24,34

Médias mensais das temperaturas em 1923

(Altitude 4,00)

Janeiro.....	27,7
Fevereiro.....	27,6
Março.....	28,7
Abril.....	25,1
Maio.....	22,4
Junho.....	22,1
Julho.....	21,1
Agosto.....	23,3
Setembro.....	24,0
Outubro.....	25,5
Novembro.....	27,5
Dezembro.....	27,1

Média do ano: 25,01

Processos culturais da cana sacarina

Variedades cultivadas

No Buzi a cultura da cana de assucar é de regadio e de sequeiro, diferindo um sistema do outro simplesmente pela aplicação ou não da agua de rega, durante o crescimento da planta; a preparação do terreno é a mesma quer num, quer noutro caso, e os grangeiros são também quasi os mesmos.

As variedades aqui cultivadas são a *Uba* e a *Green Natal* ou «cana fina».

A primeira importada para a União Sul Africana em 1885 (*) é delgada, de cor amarelo-esverdeada, de aspecto rustico, desenvolve-se e produz excelentemente até 6 côrtes consecutivos, tem raízes profundas e resiste bem ás doenças.

Como as suas fibras são rijas, exige um esforço de desfibramento e de moedura bastante elevado para largar bem o sumo.

A segunda, a *Green Natal*, de melhor aspecto que a *Uba*, é de côr mais escura

e gômos mais compridos, muitissimo delicada para resistir ás secas, tem um desfibramento fácil e produz bem também em 5 ou 6 côrtes seguidos. Os cuidados de sachas que necessita são superiores aos da *Uba*, acrescidos de duas desfolhas, uma em Fevereiro e outra em fins de Março.

Quer uma, quer outra, são, como se sabe, essencialmente tropicais, requerendo temperaturas e humidade elevadas, preferindo o clima das ilhas e costas marítimas.

Nas concessões da Companhia do Buzi a *Green Natal* (600 hectares) é irrigada; sem irrigação mesmo, comportar-se-hia mal e, em anos de pouca chuva, não seria remunerador o seu cultivo.

Da *Uba* irrigam-se com bons resultados 1200 hectares na Lusitania; e 2200, aproximadamente, são de sequeiro.

Disse-se que, praticamente, havia aqui, hoje, só duas variedades em cultivo. Porém, graças ao incremento que as plantações estão tomando de dia para dia, pensa-se em introduzir novas variedades.

Entre as variedades a ensaiar nestes terrenos, citaremos quatro que se nos afiguram aconselháveis pelos bons resultados que tem dado em terras de composição semelhante á do Buzi: — a *Purple*, a *Striped*, a *Lahaina* e a *Yellow Caledonia*.

Amanho das terras

Para plantar a cana, as terras necessitam levar, em geral, duas lavouras cruzadas: Na primeira, — a de curia — feita meses antes da plantação, charrua-se até á profundidade de 4) a 60 cm; na segunda, depois de uma forte gradagem, abrem-se sulcos largos, com charrua própria de 2 ferros, afastados uns dos outros 1,50 m., destinados a receber a semente.

As lavouras são feitas por meio de maquinas de vapor de tração por cabos, tipo Fowler, e o tempo gasto no amanho de 1 talhão de 16 hectares é:

1. ^a lavoura.....	4 dias
Gradagem.....	1,5 dias
Abrir regos.....	2 dias

As charruas da 1.^a lavoura são robustas e de 3 ferros.

A proposito diremos que, em nosso entender, a máquina de vapor para a lavoura é a maquina ideal nestas paragens pela sua fácil condução, pela certeza e segurança do seu trabalho e ainda pelo lado económico não só para estes cultivos, como também para o de milho e o de algodão, hoje tanto em moda e tão remunerador.

Bem entendido: é claro que nestas ultimas culturas não ha necessidade de máquinas tão poderosas como as exigidas nas terras destinadas á cana, visto a lavoura ser muito menos profunda e, por conseguinte, as charruas, (a de discos presta magníficos resultados) mais leves.

Ainda quanto ao espaçamento dos regos destinados á semente, diremos que é um assunto deveras digno de interesse pela discussão que tem levantado nas estações experimentais de cultura da cana sacarina.

E, segundo Stubbs, — Louisiana Experiment Station — o afastamento das filas de cana nas plantações tem uma influencia representada pelos numeros do quadro IV, os quais nos mostram que a maior produção foi obtida com o afastamento de 0,90 m., embora muitas plantas tivessem morrido antes de atingirem a altura de 1,12 metro.

Mas estes numeros só se verificam nos dois primeiros côrtes; nos seguintes a melhor produção corresponde á distancia de 1,50 m.

Em nosso entender é este, precisamente, o melhor afastamento a manter entre as filas, porque, além da planta poder de-

envolver-se mais desafogadamente, ele permite o emprego de máquinas modernas, como os cultivadores P. O. J. 36 (cana), cujos serviços na cultura da cana de assucar, desde a plantação á ultima sachá, são reconhecidos por todas as estações experimentais onde se trabalha conscientemente e onde se ensina a tirar economicamente da terra tudo que ella pôde dar.

Tambem devemos acentuar que, se por

Quadro IV

Afastamento dos regos de plantação	Numero de pés por hectare	Toneladas de cana por hectare	Análise de sumos		
			Sucrose	Gluco-se	Pureza
0,90 m.	75.010	104	10,46	1,64	75,8
1,50	69.800	99	10,48	1,52	76,5
2,45	62.286	89	10,05	1,59	73,9

um lado, o pequeno afastamento entre os regos não é aconselhavel por dar uma média geral de produção baixa, e, ainda, por não permitir o uso dos amontoadores, o que é hoje deveras importante, dada a escarses de mão de obra, por outro lado, a exagerada distancia entre as filas, dá origem a um maior desenvolvimento de ervas daninhas, e consequentemente, maior despesa de grangeio.

Por isso, como se pensa na Estação Experimental de Cultura da Cana Sacarina de Tucuman, diremos:

«The distance to be selected, should be the smallest which will permit efficient cultivation of the cane plant as well as suitable with modern cultivation machinery».

Escolha de semente e plantação

A experiencia tem mostrado que a melhor parte da cana para semente é a dos ultimos gômos, na qual, devido á falta de maturidade, ha uma baixa percentagem de sucrose e uma elevada quantidade de glucose.

E' também esta a parte da planta que tem menor valor na industria assucarei a. O periodo da plantação vai de Agosto a Janeiro; todavia a melhor época é a que vem logo a seguir ás primeiras chuvas em fins de Setembro.

A semente vem de duas proveniencias, conforme a plantação é feita ou não durante o periodo do côrte, que quasi sempre se estende até Novembro. Assim, se a plantação se faz neste periodo, os extremos das canas fornecidas aos moinhos são aproveitados para semente; se, pelo contrario, devido á falta de mão de obra, ha necessidade de protelar a sementeira para depois da paragem das fábricas, a semente é colhida em talhões reservados de proposito com esse intuito. A porção de cana empregada como semente tem em geral o comprimento de 3 ou 4 gômos, isto é, tem em geral 4 ou 5 nós e vem de plantas com 1 ano.

As sementes são colocadas no fundo e ao longo dos sulcos abertos para esse fim, com a sobreposição de um gomo entre duas sementes consecutivas e cobrem-se á enxada.

A quantidade de semente empregada para plantar um hectare de terreno anda á roda de 3 a 5 toneladas de cana *Uba* e 5 a 8 toneladas de *Green Natal*.

(Continua).

(*) «South African Agricultural Series».

DESPORTO

ARTUR
INÊZ

BOX

Couleaud contra Tavares Crespo e Young Mars contra Anibal Fernandes

Os dois *boxeurs* franceses da primeira série que na noite de 18 combatem no Coliseu dos Recreios, são Couleaud e Young Mars, dois excelentes pugilistas bem conhecidos em toda a França.

Crespo, depois da sua derrota por Martinez, já bateu Faustino ao 3.º round, por desistencia, Basilio ao 3.º e 8.º rounds, também por desistencia. Jeronimo dos Santos, ao 3.º round, igualmente por desistencia, Ferreira Junior, ao 1.º, por desistencia, Mario Gall, ao 3.º, por desclassificação e ao 5.º, por K. O., Anibal Fernandes, aos pontos e Martinez II, aos pontos.

Por sua vez, Anibal Fernandes venceu já, além doutros, Faustino, por desistencia ao 6.º round, Albano

nuel Fernandes, venceu Gilberto Fernandes; meios leves, Barceló, venceu Custodio Silva; leves, Godofredo Campos, venceu M. Azevedo; meios médios, Aragão de Andrade, venceu Fernandes Rodrigues; e na categoria dos médios, venceu o concorrente do 2 Porto.

Nesta mesma sessão Tavares Crespo, campeão nacional dos leves e meios-médios, venceu por K. O. Mario Gall, francês.

Desafios inter-regionais

Lisboa vencedora do Porto e do Algarve

Realisaram-se os desafios inter regionais Lisboa-Porto e Lisboa-Algarve.

Em ambos os encontros saiu vencedora Lisboa, que continúa a afirmar-se como o melhor centro footballístico do país.

A vitória sobre o Porto foi estrondosa: 6-1, absolutamente justo e lógico.

O Algarve conseguiu melhor resultado, porque foi apenas vencido por 3-0, tendo marcado um *goal* obtido legalmente, mas que o arbitro não validou.

A Associação de Foot-Ball de Lisboa ofereceu banquetes aos jogadores do Porto e do Algarve.

O segundo encontro deste ano com o Porto, efectua-se nesta cidade no próximo dia 8 de Março.

O congresso da U. P. F.

Annuncia-se para sabado, 14, o Congresso da União Portuguesa de Foot-Ball, que vai decerto provocar grande interesse nos centros footballísticos do país.

Entre as questões a discutir conta-se a do profissionalismo.

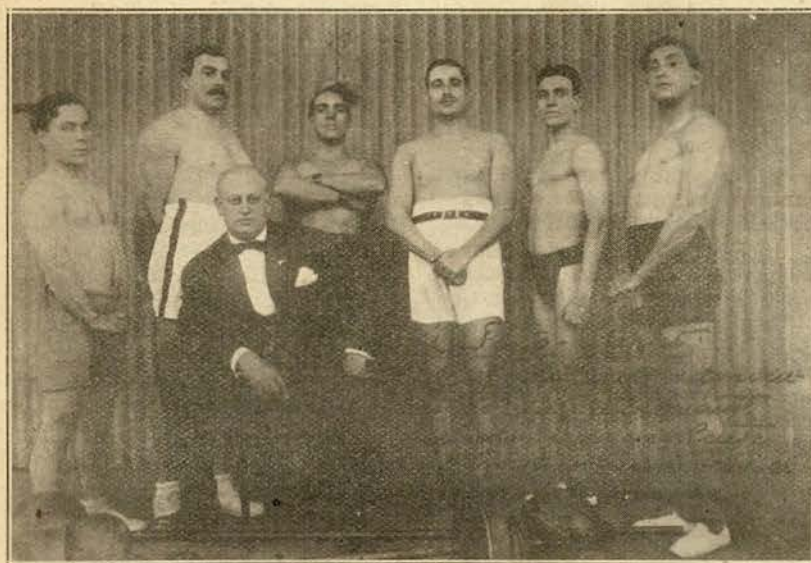
Pelo estrangeiro

Noticias diversas

O construtor francês Senechal foi eleito por três anos presidente do Motorcycle Club de França.

—O francês Thoret conseguiu manter-se no espaço 2 horas e 26 minutos, com um passageiro e com o motor parado.

—Em «matches» de «rugby», a



Portugueses em Africa. — Um grupo de ginastas residentes em Moçambique acompanhados do seu professor o atleta Ruy da Cunha. Da esquerda para a direita: Alvaro Antunes, Carlos d'Almeida, Ruy da Cunha, Alberto Carlos dos Santos, José Leal, José Matias Ferreira Junior e Luiz Gomes Jardim

Couleaud combaterá Tavares Crespo, campeão de Portugal dos leves e meios-médios e Young-Mars-Anibal Fernandes, *challenger* ao titulo de campeão nacional.

Couleaud é um *boxeur* de tal categoria, que conta no seu *record* vitórias nitidissimas aos pontos e por K. O. sobre homens como Millet, Prié, Lemanois, Deligny, Jean André, Fontenelle, Maillet, Denis, Geo Briard, Fabreguy, Routis, Julliard, Buisson, Calois e Ca sini, que ultimamente fez furor em Lisboa.

Young Mars, que como dissémos é também da primeira série francesa, é um pugilista rijo e corajoso, detentor de belas vitórias que daremos dentro de breves dias.

Os organizadores realizam ainda um outro combate de valor entre profissionais portugueses.

Martins, aos pontos e perdeu com Crespo, em condições tão discutíveis e perante tais protestos do publico, que levaram a Federação Portuguesa de Box a pôr o titulo em disputa entre os dois homens, no prazo de 60 dias.

Como se vê, a *soirée* do Coliseu deve ficar memoravel no nosso meio pugilistico.

O Campeonato de Portugal de amadores, que se realizou no Porto

Realizou-se no Porto o Campeonato de Portugal, amadores, saindo vencedor Lisboa, por 4 vitórias contra 2 do Porto.

O resultados foram:

Mínimos, Faustino Rodrigues, venceu Teixeira Jacinto; levissimos, Ma-

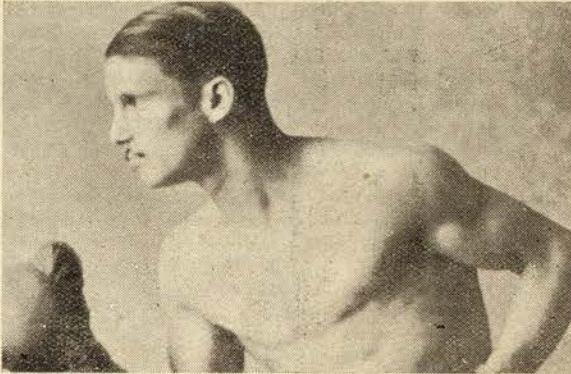
polícia de Paris bateu a de Londres por 6 pontos a 3.

— Em Lawn-Tennis, a cidade de Lyon bateu a de Genève por 10 vi-

uma feição absolutamente oposta á do início. O Sporting que no fim da primeira volta ficou em terceiro lugar passou agora para primeiro. E

em que o Sporting teve uma ligeira vantagem na factura do jogo.

Temos portanto que a actual classificação dos clubs da 1.^a divisão, é a seguinte:



Tavares Crespo
que na quinta-feira, 18, combaterá no Coliseu dos Recreios com o francês Couleaud

tórias a 7. E' a primeira vez que a «équipe» francesa derrota a suíssa nesta competição.

— O conhecido volante Thomás, pilotando uma Delage de 12 cilindros, percorreu a rampa de Pailladou, na prova de Allauch a mais de 101 quilómetros á hora, estabelecendo o novo «récord» da corrida.

— Os seis dias de Berlim foram ganhos pela «équipe» Walter-Ruth-Emile-Aerts.

— Joe Fox foi batido em Melbourne por Billy Grimm.

— Morreu o celebre boxeur inglês Jim Driscoll. Ao seu funeral foram aproximadamente 100.000 pessoas.

«Os Belenenses» que estavam em primeiro, passaram para terceiro. O Casa Pia está em segundo lugar.

Os desafios realizados durante o tempo em que não nos ocupámos de sport na «Gazeta», foram:

Bemfica venceu Belenenses por 3-0. Foi um resultado verdadeiramente inesperado e que colocou imediatamente o Sporting á cabeça do campeonato, pelo «goal-average». Quere dizer: o Sporting sem ter jogado, ganhou.

O desafio Bemfica-Belenenses foi enérgico e muito bem jogado pelos vermelhos, que mereceram a victoria.

Depois jogaram o Victoria e o Casa-Pia, que venceu brilhantemente por 3-1, logrando alcançar 8 pontos, á cabeça do campeonato, portanto.

Manteve no entanto essa classificação apenas 8 dias, portanto o Sporting venceu depois o Belenenses por 1-0, em desafio rijamente disputado,

CLUBS	N.º de jogos	Ganhos	Empatados	Perdidos	GOALS		Pontos
					Pró	Contra	
1.^a Categoria							
Sporting.....	6	4	1	1	15	10	9
Casa Pia.....	6	3	2	1	9	8	8
Belenenses....	6	3	1	2	8	7	7
Bemfica.....	5	2	0	3	12	6	4
Vitoria.....	5	0	0	5	6	19	0

A classificação dos clubs da 2.^a divisão é actualmente esta:

CLUBS	N.º de jogos	Ganhos	Empatados	Perdidos	GOALS		Pontos
					Pró	Contra	
1.^a Categoria							
Carcavelinhos	5	5	0	0	15	1	10
Imperio.....	6	3	1	2	10	5	7
União.....	6	2	2	2	10	8	6
Chelas.....	5	1	1	3	6	16	3
Portugal.....	6	1	0	5	5	16	2

Póde considerar-se já como vencedor desta divisão o Carcavelinhos.

A recente victoria de 1-0 do Portugal sobre o Imperio, tirou a este todas as probabilidades de éxito.

“FOTO-SPORT”

PUBLICA-SE DUAS VEZES POR MEZ
O magazine mais completo de fotografias da especialidade

ESCRITORIOS

Praça Luiz de Camões, 22-1.º

LISBOA

Assinaturas para as Africas

20 numeros 66\$00

Pagamento adeantado

Campeonato de Lisboa

Desafios realizados e situação actual dos clubs.

O campeonato de Lisboa tomou

MOSAICOS CERAMICOS

FABRICA DE LOIÇA DE SACAUEM

Para revestir pavimentos de Salas, Casas de banho, Cozinhas, Terracos, Halls, etc., etc., em substituição dos vulgares ladrilhos hydraulicos, cortices, etc., incontestavelmente de maior duração, maior resistencia e de maior efeito. Fabricação garantida, rivalizando com o artigo congenere estrangeiro

Padrões e preços no depósito da Fabrica **Rua da Prata, 130 - LISBOA** TELEFONE C. 316

Fabrica de colchões de arame

H. BONO

R. do Diario de Noticias, 75--LISBOA

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinine, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

ARTE

DR. CARLOS AMARO : : : : :
LUIS MOITA : : : : :
JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

“O HERDEIRO,” de Carlos Selvagem

... Quiz Carlos Selvagem no *Herdeiro* como Henrick Ibsen nos *Espectros*, fazer o Elogio da Vida, e despidendo esta de todas as preocupações metaphysicas de finalidade, de toda a baralha philosophica e religiosa, esgarçada a enredadora trama de todas as interrogações a que andam presos os semi-sorrisos anatolianos de todas as duvidas, — reduziu-a emfim a esta questão fundamental e simplificadora, que ficará, creio, como divisa de toda a sua obra futura, talvez como legenda forte de combate: «Viver ou não viver».

Ser ou não ser, já o dizia um Outro duma maneira mais profunda e menos realista. Como a tragedia de Oswald, tem a tragedia do *Herdeiro*, uma intensa preocupação de propaganda social, buscando atingir directamente o coração das multidões, irritando-as, desafiando-as cara a cara, para lhes bradar as duras verdades que as possam redimir e salvar de negros perigos, tanto mais terribes que ninguem repara ou pensa nêles a sério, á força de serem já banais e correntios: Contra os velhos preconceitos, *les idées courantes que le monde admet sans contrôle*, contra todas as asphixiantes mentiras da ordem social, caricatura ridicula ou tragica da humana Harmonia, batalhou o grande genio norueguez, pretendendo substituir o grande rebanho de escravos, ricos ou pobres, pouco importa, que sobre a terra se vão arrastando, envenenados de vicios, convulsionados por odios, marasmados de tédio, por um mundo de trabalhadores livres e fortes, laborando, cantando, sonhando, na plenitude da acção, unidos pelos laços inquebraveis duma irradiante sympathy, cada um sentindo em si e em torno de si a intima e vasta, e luminosa alegria de viver.

Contra o baço nevoeiro dum Passado e dum Presente povoado de monstros, oppunha ele o claro sol do Lacio, vivificador e ardente, clareando todas as sombras, queimando as larvas de todos os medos. Era a hora da critica, e era ainda a hora do sonho — geradoras e annunciadoras da revolução actual.

Carlos Selvagem, esse já dentro do campo da batalha, ao fragor das pri-

meiras escaramuças, olha simplesmente em roda á busca de luctadores, palpa-lhes as ossaturas num sério apuramento de resistencias, experimenta-lhes a rijeza de musculos e tendões, prescrua se é de má ou boa tèmpera o aço dos seus nervos, e impiedosamente as condena em lhes não sentindo vigôr e destreza para o tremendo combate que é a vida destes nossos dias, promissôres dos mais terribes amanhães.

Assim, tambem, em vez da nobre figura de Oswaldo, — o pintor de talento cujo cérebro a doentia herança paterna vai amolecendo e prendendo entre as malhas cada vez mais apertadas duma horrivel angustia, victima expiatoria que só no último acto vêmos totalmente deflagrar até ao espectáculo duma completa bancarrota, — no drama portuguez temos aquelle jovem herdeiro que Carlos Selvagem desde a primeira hora quiz fosse ridiculo, a desvaireada cabeça embrulhada na farrapagem literária que o misero confunde com Arte e Beleza, pobre *snoob* de vinte anos a quem só a inilludível sentença da própria perdição vem dar uma como que triste nobreza, erguido enfim nas mãos da morte aos cimos da tragedia.

Num, a tortura intellectual de não poder produzir, no outro o simples, o tragico desespero de não poder viver.

Daqui provém que nos *Espectros*, a luta dos sentimentos e das ideias toma o primeiro plano, não sendo afinal de contas o caso pathológico, a doença do filho do sr. Alving, mais que um simples instrumento de que o dramaturgo lançou mão para facilmente se fazer comprehender, impressionando as plateias até ás zonas mais grosseiras, — enquanto que no *Herdeiro*, a tuberculose do rapaz é a razão inicial da peça inteira, sentimentos e ideias passando a debater-se nos planos secundários, pois que o problema dominante é ter *vida*, isto é, saúde phisica, toda a theorização deste bello drama podendo igualmente applicar-se a uma familia de mau sangue ou a uma coudelaria mal organizada.

Estas diferenças veem decerto das raças e ambientes diversos a que

pertencem o grande génio norueguez e o brilhante talento do nosso dramaturgo. E provém tambem, como já disse, da hora differente em que cada um escreveu.

Mas...

Mas não vá concluir-se desta aproximação das duas obras, que de qualquer maneira pretendo haja sombra de consciente decalque ou sequer inconsciente submissão do nosso fortissimo dramaturgo ante o Homem da Scandinavia. Desde já varro a testada, que nesta doce terra até um dia foi possivel afirmar-se que o *Crime do Padre Amaro* era um plagiato de *L'abbé Mouret*; e fez largo caminho a jesuítica e boçal sandice.

Não, meus bons senhores.

E' certo que pela primeira vez em Portugal vimos nitidamente desenharem-se num palco as nobres linhas do teatro Ibseniano, que já em outras terras copiadas, serviram ao fabrico de obras primas, e que tendo em França dado equilibrio ao prodigioso talento de Curjel, escorado as páginas brilhantes de Bataille e sido quasi genialmente macaqueadas por Lenormani, vieram encontrar agora no portuguez Carlos Selvagem um forte propagandista de meritos rarissimos. Mas não é menos certo que o *Herdeiro*, possui alma e vida proprias, originalissima riqueza — e se Henrick Ibsen é um dos grandes mestres de Carlos Selvagem, isso não significa que o discipulo não mantenha integras toda a independencia do seu talento, do seu feitio e da sua força.

As suas maneiras de combater é que são inteiramente distinctas. Emquanto na obra do dramaturgo portuguez, apesar do seu intenso realismo, ha ainda como que um romantico tinir e brilhar de espadas, — o Outro, especie de Fausto de desmesurada fronte, ancioso e sequioso de Juventude, não só para ele mas para a humanidade inteira, penso foi armar a botica entre os puros marmores da Acropole, e dali esteve lançando as pilulas corrosivas, os venenos implacaveis contra todas as velhas mentiras deste mundo velhissimo...

FREI CARLOS

NOTICIAS E COMENTARIOS

Guiné

Foi requisitado para compositor de imprensa de Bolama o sr. Manuel da Silva Guardão, que deve apresentar-se no Ministerio das Colónias.

Cabo Verde

O Ministerio das Finanças acaba de entregar ao das Colónias a importância de 1.800 contos, das taxas terminais telegraficas pertencentes a Cabo Verde.

Angola

A situação da Província

De Angola foram recebidos os seguintes telegramas dirigidos ao Parlamento e ao Governo:

A situação é desesperada, aguardando-se a aprovação das propostas enviadas ao Governo. A demissão do Alto Comissário tornou inúteis as despesas feitas com o seu estudo, em Lisboa, dos problemas de Angola, deixando prevêr, a nova nomeação e preparação do sucessor demora na solução dos problemas e as mesmas inúteis despesas. A colónia, chegada ao limite dos recursos e da confiança, pede acção eficaz e imediata, que evite que a descrença atinja o perigoso convencimento da indiferença da metrópole pela sorte de Angola e dos seus colónos. Confiando no patriotismo de V. Ex.^{sa}, recorremos para o Parlamento, apelando, especialmente, para os ilustres deputados e senadores que conhecem Angola e afirmando que nunca estivemos em situação mais difícil e miserável, prevendo-se o próximo abandono dos colónos arruinados, por impossível se lhes tornar trabalhar onde falta o normal auxílio bancário e escasseia o numerário, apesar de desvalorizado. O Governo, sem recursos, aumentando impostos hoje inoportunos pela paralisação geral dos negocios e sensível diminuição da produção, pelos excessivos encargos e dificuldade de obtenção de mão de obra indigena.— *Associação Commercial.*

Surpreendidos pela disposição do Governo quanto á nomeação de um governador geral efectivo, declaramos o nosso desagrado pelo intuito manifesto da extinção do regime de alto commissariado. A provincia nunca sancionará a cessação da sua autonomia, a nossa voz cheia de justiça ecoará em todo o país. Interpretando assim, o sentir do comércio, da indústria e da agricultura, pedimos a nomeação dum Alto Comissário e prontas providencias, a Vossas Excelencias e ao Parlamento quanto á resolução urgente da desgraçada situação financeira da colónia, que está atravessando uma crise bancária de forma a evitar-se a total ruína das gentes que aqui trabalham.— *Associação Commercial.*

Não podemos acreditar que a desgraçada politica, que absorve o melhor das atenções dos nossos homens

públicos, tenha embotado a sua sensibilidade a ponto de ser recebido com indiferença este apêlo confrangedor.

A situação de Angola, deixada agravar progressivamente, atingiu um aspecto que deve bastar para que despertem todas as boas vontades e se congregem todos os esforços no sentido de a modificar rapidamente.

Sem que nos deixemos tomar de pessimismos exagerados, não podemos encobrir os sérios receios que as noticias, que temos recebido, nos provocam.

A indiferença de hoje poderá arrastar-nos a amargos dissabores que, em defesa do decôro da Nação, é mister evitar.

~ Consta que vai ser nomeado director dos Caminhos de Ferro de Loanda o engenheiro, Sr. Jales Guimaraes.

~ Foi auctorisado o recontracto do conductor Artur Augusto Torres Fontes para as obras publicas de Angola.

Moçambique

O Alto Comissario de Moçambique pediu para serem preenchidas com urgencia as vagas existentes de conductores de 2.^a classe. Consta que vae ser aberto concurso para este efeito no Ministerio das Colónias.

~ Sua Ex.^{sa} o Ministro das Colónias deu o seu assentimento para as promoções dos médicos de Moçambique, Ferreira Pinto, Esmeriz Nobre e Araujo Alvares.

O Centenário da morte de Vasco da Gama

Dizem-nos de Moçambique, e disso se faz eco uma parte da imprensa local, que com a comemoração da morte de Vasco da Gama, gastou o governo da Provincia cerca de 10:000 libras ou sejam aproximadamente 1:000 contos.

Comentam os nossos correspondentes o facto pouco favoravelmente, baseando as suas criticas na, pouco lisongeira, situação económica da Colónia e acrescentam que as festas, como se chamou á comemoração, não tiveram uma feição que nos dignificasse.

Em boa verdade, sem que deixemos de tomar como justas todas as homenagens que prestem á memória de aqueles que souberam ser grandes e que fizeram Portugal grande, não podemos deixar de reconhecer uma certa razão nos comentários feitos,

sobretudo quando assentam em que a melhor forma de honrar os nossos Maiores, será não lhes desvirtuar a obra ou deixá-la apagar...

India

Vae ser nomeado director da fiscalização dos Caminhos de Ferro de Mormugão o engenheiro Peres Trancoso.

Homenagem a um benemérito

Comemorando a data do falecimento do Padre Antonio João de Miranda, que foi o fundador do Hospicio do Sagrado Coração de Maria, em Margão, publicou o nosso colega *O Ultramar* um numero, quasi exclusivamente dedicado a enaltecer a obra e a honrar a memória do saudoso sacerdote, em que reuniu os testemunhos de pessoas de alta categoria social e mental, todas unanimes em considerar o Hospicio de Margão como um titulo de glória não só daquella vila, mas de todo o Estado da India.

Macau

Foi indeferido o requerimento em que o 2.^o sargento enfermeiro Silvestre Alves pedia para ir servir em Macau.

~ No ultimo sabado, conforme fôra previamente indicado, realizou-se no edificio do Leal Senado da Camara, a eleição feita pelos trinta maiores contribuintes de todas as contribuições, para vogal do Conselho Legislativo da Provincia, e respectivo substituto. Os nomes mais votados foram: para efectivo, o do senador Francisco Xavier Anacleto da Silva, e para substituto, os de Pedro José Lobo e Rodrigo Marin Chaves, alcançando ambos 12 votos, em virtude de ter sido anulada uma lista por conter o nome «José Lobo», em vez do nome por extenso do mesmo cidadão. Não só por este motivo, mas porque foi apresentado um protesto pelo dr. Luís Nolasco contra a eleição do senador para vogal do Conselho Legislativo, sob o fundamento de que é inelegivel por não ter domicilio em Macau, foi o caso entregue ao Delegado do Procurador da Republica.

Timor

Vae ser nomeado o terceiro contador da auditoria de Timor Antonio Gomes de Araujo por passar a exercer na mesma provincia o cargo de tesoureiro da Alfandega.

Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa

COMO benéfica reacção contra o anúncio de más vontades opostas á existencia do Jardim e Museu Coloniaes, surgiu no 2.º Congresso Colonial a ideia da criação duma sociedade de Amigos destas instituições, que tanto e tão valiosos serviços pôdem prestar e cuja falta difficilmente se explicaria num país com um tão vasto dominio colonial, como é o nosso.

Essa simpática idéa avolumou-se, entrou em realisação e é de esperar que venha a produzir os resultados que é licito esperar dela. O Grupo constituiu-se e entra agora na vida official pela elaboração de seus estatutos.

E' o projecto desses estatutos que a seguir publicamos e, avaliando quanto á sciencia colonial e ao bom nome no País poderá servir tal agre-

mição, fazemos os mais sinceros votos para que a sua acção seja sempre facilitada de fórma a conseguir que as duas instituições que hoje já são documentos da dedicação, boa vontade e competencia dos seus illustres Directores, os srs. Professores Oliveira Fragaiteiro e Melo Gerales, documentem no futuro o interesse da Nação pelas cousas colonias.

PROJECTO DOS ESTATUTOS

DO

Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa

CAPITULO I

Organização e fins

Art. 1.º — O «Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa» será constituído pelas entidades (companhias, bancos, firmas, associações, governos colonias ou individuos), que se interessem por estes estabelecimentos; e tem em vista promover, por todos os meios, o engrandecimento das suas instalações e o desenvolvimento dos seus serviços scientificos e técnicos, afim de os tornar modelares, e a divulgação da utilidade destes institutos para se conseguir uma eficaz e judiciosa propaganda e fomento colonias.

Art. 2.º — Para realizar os seus intuitos, o «Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa» fará ou provocará doações pecuniárias ou de sementes, de plantas, de productos ou de fotografias, ou de quaisquer outros materiais para as suas instalações; fará publicações destinadas a tornar conhecidas e apreciadas as collecções do Jardim e do Museu bem como os trabalhos técnicos e scientificos effectuados pelo seu pessoal técnico; auxiliará a aquisição do material que for necessário; e, em geral, empregará todos os meios adequados á consecução dos seus fins, solicitando, sempre que assim o entenda, o auxilio do Parlamento, do Governo central, dos Governos colonias, ou de quaisquer outras entidades officias ou particulares.

Art. 3.º — O Grupo compõe-se de membros titulares, doadores e honorários.

a) — Para ser membro *titular*, é necessário pagar uma cota anual de quantia facultativa para cada ano; entendendo-se, quando não haja declaração escrita em contrario, que a cota permanece a mesma no ano seguinte.

b) — Para ser membro *doador*, é necessário ter feito ao Jardim ou ao Museu quaisquer ofertas de materiais ou pecuniárias que a assembleia geral considere merecedoras de tal recompensa.

c) — O titulo de membro de *honra* compete ás pessoas ou entidades que pelos seus serviços prestados ao Jardim ou ao Museu, ou pelo apoio moral que lhes possam vir a prestar, sejam pela assembleia geral consideradas dignas desta distincção.

Art. 4.º — A qualidade de membro do Grupo perde-se:

1.º — Pela demissão pedida pelo sócio;

2.º — Pela falta de pagamento da respectiva anuidade,

ou por qualquer motivo, que seja considerado pela Direcção como determinante dessa deliberação desde que esta seja confirmada pela assembleia geral.

CAPITULO II

Administração e funcionamento

Art. 5.º — O Grupo é administrado por uma direcção, composta de um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, um tesoureiro e cinco vogais, eleitos de três em três anos, pela assembleia geral.

§ unico — Serão vogais natos os directores do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial.

Art. 6.º — As vacaturas que se derem no decurso do triénio serão preenchidas pela direcção, tendo essa escolha de ser depois ratificada pela assembleia geral, na sua primeira sessão.

Art. 7.º — A Direcção pode funcionar, desde que estejam presentes, pelo menos, cinco dos seus membros.

Art. 8.º — O Chefe do Estado será o Presidente de honra e a assembleia geral poderá conferir os títulos de presidentes e de vice presidentes honorários, sob proposta da direcção.

Art. 9.º — A direcção reunirá, sempre que seja convocada pelo presidente ou pelo vice-presidente em exercicio, ou a requerimento de três, pelo menos, dos seus membros.

Art. 10.º — A assembleia geral compõe-se dos membros titulares, doadores e honorários, e reúne-se em sessão ordinária, uma vez por ano, dentro do primeiro trimestre e, em sessão extraordinária, sempre que seja convocada pelo seu presidente, a convite da direcção, ou a requerimento á mesa da assembleia geral de, pelo menos, dez membros.

Art. 11.º — A mesa da assembleia geral compõe-se de presidente, dois vice-presidentes, dois secretários e dois vice-secretários.

Art. 12.º — Compete á assembleia geral ordinária discutir e votar o relatório e contas apresentados pela direcção; deliberar sobre todos os assuntos que forem submetidos á sua apreciação, pela mesa, pela direcção ou por qualquer dos membros do Grupo; e eleger, de três em três anos, a sua mesa e a direcção.

Art. 13.º — A assembleia geral só poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença de metade e mais um do número total dos seus membros; quando não reúna número suficiente, será novamente convocada a reunir no prazo de quinze dias, a contar do designado para a primeira sessão e serão então válidas as deliberações tomadas, independentemente do número de membros presentes.

Art. 14.º — O Grupo é representado em juízo pelo presidente da direcção ou por quem legitimamente o substitua; e, em todos os outros actos, por esse mesmo presidente e pelo da assembleia geral ou seus legítimos representantes.

Art. 15.º — Compete á direcção realizar aquisições, trocas e alienações; aceitar doações e legados; organizar exposições; promover conferências; tomar a iniciativa de publicações ou auxiliá-las, devendo todas as deliberações, que digam respeito ás instalações do Jardim e do Museu ou seu recheio, ser sancionadas pelo Conselho de Administração do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial.

Art. 16.º — A direcção nomeará representantes nas diferentes localidades da metrópole, ilhas adjacentes, colónias e no estrangeiro.

CAPITULO III

Da receita do Grupo

Art. 17. — A receita do Grupo compõe-se:

1.º — Das anuidades dos membros titulares (as quais poderão ser pagas por uma só vez ou em prestações semestrais ou trimestrais).

2.º — Dos donativos.

3.º — Do juro ou vencimento de quaisquer quantias depositadas ou papeis capitalisados.

4.º — Do produto líquido de quaisquer publicações feitas pelo Grupo, ou, ainda, provenientes de fontes extraordinárias de receita, criadas pela direcção.

Art. 18.º — A assembleia geral, sob proposta da direcção, resolverá anualmente sobre a parte do saldo que deva passar a fundo de reserva, conforme for julgado mais conveniente.

CAPITULO IV

Alteração de estatutos e dissolução

Art. 19.º — Os estatutos do Grupo só poderão ser

alterados sob proposta da direcção ou da terça parte dos membros do Grupo, em sessões da assembleia geral, expressamente convocada para esse fim, nas quais estejam representados dois terços, pelo menos, dos membros do Grupo.

§ único — No caso de feitas duas convocações, não comparecer este número, deliberará em terceira convocação com qualquer número de membros.

Art. 20.º — A dissolução do Grupo só pode ser resolvida em sessão da assembleia geral expressamente convocada para esse fim com seis meses de antecedencia, pelo menos, e á qual compareça metade e mais um dos membros do Grupo. Se porventura se não reunir este número, será de novo convocada a assembleia com intervalo não inferior a sessenta dias, podendo então deliberar, seja qual for o número dos membros presentes. Em qualquer dos casos, a dissolução não será válida se dois terços, pelo menos, dos membros presentes não a aprovarem.

Art. 21.º — Em caso de dissolução, o Grupo elegerá um ou mais liquidatários, e o activo será entregue ao Conselho de Administração do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa.

Disposição transitória

Art. 22.º — Fica a mesa desta assembleia preparatória composta pelo almirante Ernesto de Carvalho e Vasconcelos, presidente, e pelos professores Bernardo de Oliveira Fragateiro e Carlos de Melo Galardes, secretários, autorizada a legalizar estes estatutos e a promover a reunião da primeira assembleia geral, funcionando entretanto com todos os poderes que competem á direcção.

Estes estatutos foram aprovados em sessão da assembleia preparatória do Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial, em doze de Julho de mil novecentos e vinte e quatro.

SOUSA MACHADO & C.^A

Sede em **LOANDA**

Angola — Cabo Verde — Lisboa

Importação e Exportação — Productos Coloniais
Cereais de Angola

Representantes privativos na Africa
Occidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY E. U. A.

Sucursal no: LOBITO

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

Sucursal em Lisboa — **RUA GARRETT, 62, 2.º**

END. TELEG. } Para Angola — **SOMA**
} Para Lisboa — **SELGUE**

COTAÇÕES

TITULOS

TITULOS	Em 30 de Jan. de 1925			Em 7 de Fev. de 1925			TITULOS	Em 30 de Jan. de 1925			Em 7 de Fev. de 1925		
	OFERTAS			OFERTAS				OFERTAS			OFERTAS		
	Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel		Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel
Div. interna fundada													
As. tit. 20.000\$00	—	—	—	—	—	—							
As. tit. 1.000\$00	—	—	32,20	32,	32,20	—							
As. tit. 500\$00	—	29,50	30,	29,50	29,50	—							
As. tit. 100\$00	29,50	29,50	—	29,	—	—							
Coupon tit. 1.000\$00	31,05	31,	31,20	30,50	—	—							
Coupon tit. 500\$00	—	29,50	30	—	29,	—							
Coupon tit. 100\$00	—	30	30	—	28,	—							
Emp. 3 0/0 1905	—	—	9\$50	—	—	9\$50							
Emp. 4 0/0 1888	—	17\$00	—	—	—	—							
Emp. 4 0/0 1890 c.	—	—	38\$00	—	—	39\$00							
Emp. 4 1/2 1888-89 as.	—	—	40\$00	—	—	38\$00							
Emp. 4 1/2 1888-89 c.	—	40\$00	—	—	—	—							
Emp. 4 1/2 1912 ouro.	—	61\$500	—	630\$00	680\$00	—							
Emp. 5 0/0 1909 c.	—	—	—	41\$00	43\$00	—							
Emp. 5 0/0 1917 c.	—	43\$00	45\$00	44\$00	44\$00	—							
Emp. 6 1/2 1923 ouro.	436\$50	—	—	436\$50	—	—							
Externas 1.ª serie.	445\$50	445\$50	446\$00	437\$00	—	—							
Externas 3.ª serie.	500\$50	500\$00	—	488\$00	—	—							
Cautelas da 3.ª serie.	—	21\$00	—	—	21\$50	—							
Obg. Div. Prov. de Angola 3 0/0	—	—	70\$00	—	—	60\$00							
Ações													
BANCOS:													
Alentejo	—	—	83\$00	83\$00	83\$00	—							
Aliança	—	610\$00	—	620\$00	650\$00	—							
Colonial Português, p.	—	54\$00	57\$00	51\$00	—	53\$00							
Colonial Português, a.	—	53\$00	—	—	—	—							
Colonial Português c.	—	61\$00	64\$00	60\$50	58\$00	—							
Comercial de Lisboa	305\$00	—	308\$00	312\$00	—	312\$00							
Credito Nacional	—	100\$00	120\$50	—	—	—							
Industrial Português c.	—	—	—	—	—	48\$00							
Industrial Português a.	—	—	—	—	—	—							
Lisboa & Açores	—	—	510\$00	500\$00	500\$00	505\$00							
Nacional Agricola c.	—	61\$00	64\$00	60\$50	58\$00	—							
Nacional Agricola p.	—	51\$00	57\$00	—	—	—							
Nacional Agricola a.	—	53\$00	—	51\$00	—	53\$00							
Minho	—	300\$00	305\$00	297\$00	296\$00	298\$00							
Nac. Ultramarino, a.	—	215\$00	—	212\$00	212\$00	215\$00							
Nac. Ultramarino, c.	246\$00	245\$50	246\$00	237\$00	—	—							
Popular Português	—	—	—	—	—	—							
Portugal	—	826\$00	830\$00	820\$00	—	—							
Português e Brasileiro	118\$50	118\$50	118\$50	112\$00	112\$00	112\$50							
Companhias													
Diversas:													
Nacional de Navegação	287\$00	—	—	224\$00	—	—							
Pesca e Transportes	85\$00	86\$00	86\$00	—	—	—							
Cimentos de Leiria	—	—	—	—	50\$00	70\$00							
Credito Predial	—	32\$50	—	32\$10	32\$00	32\$50							
Companhias													
Caminhos de ferro:													
Nacional	—	—	16\$00	—	—	16\$00							
Beira Alta	—	40\$00	47\$00	—	—	—							
Colonias:													
Açúcar de Angola	—	135\$00	141\$00	135\$00	130\$00	139\$00							
Agric. Bela Vista	—	75\$00	80\$00	—	—	74\$00							
Cazengo	—	495\$00	500\$00	495\$00	490\$00	500\$00							
Agric. Ganda, Soc	162\$00	161\$00	163\$00	—	—	165\$00							
Agric. Principe, E.	—	10\$30	—	—	—	10\$30							
Agric. Ultramarina	—	150\$00	155\$00	152\$00	—	154\$00							
Agric. Colonial Soc.	—	250\$00	—	—	—	250\$00							
Amboim	80\$00	—	80\$00	74\$00	76\$00	—							
Boror	—	185\$00	—	194\$00	192\$00	199\$00							
Cabinda	4\$40	4\$30	4\$40	4\$10	4\$00	4\$20							
Colonial Buzi	—	113\$50	115\$00	119\$00	118\$00	119\$00							
Congo Português	—	—	—	—	—	—							
Ilha do Principe	405\$50	400\$00	406\$00	—	385\$00	391\$00							
Luabo	—	—	—	—	—	405\$00							
Moçambique até ao n.º 1.222.221, inc.	—	—	400\$00	—	—	—							
Nyassa	—	—	—	—	—	—							
Sul de Angola	—	58\$00	65\$00	—	52\$00	63\$00							
Zambezia do n.º 500.001 a 600.000	—	—	—	15\$00	15\$00	15\$50							
Obrigações													
Caminhos de ferro:													
Através Africa 5 0/0	203\$00	202\$50	—	198\$50	198\$00	199\$00							
Beira Alta 3 0/0 2.º grau.	—	1.091\$	1.110\$	—	40\$00	—							
Bençuela, 5 0/0	—	—	—	1.069\$	—	—							
Norte e Leste 3 0/0 1.º gr.	137\$00	—	137\$00	—	138\$50	140\$00							
Norte e Leste 3 0/0 2.º gr.	39\$50	36\$00	—	37\$50	37\$00	38\$00							
Diversas:													
Águas 4 1/2 0/0 c.	—	47\$00	—	48\$00	47\$00	—							
Banco Nacional Ultramarino 4 1/2 a.	—	—	—	—	—	—							
Banco Nac. Ultramarino 4 1/2 0/0 c. (ouro)	—	—	—	—	—	—							
Banco Nac. Ultramarino 6 0/0 h.	—	—	—	—	—	—							

Produtos coloniais

Cambios

PRODUCTOS	Quant.	Em 30 Jan. 1925		Em 7 Fev. 1925		PRODUCTOS	Quant.	Jan. 1925	Fv. 1925	Cotação oficial	Em 30-1-1925		Em 7-2-1925	
		Em 30	Em 7	Em 30	Em 7						Compra	Venda	Compra	Venda
Algodão	1 k.	11\$50	12\$00			Cocono e de Loanda	15 k.	32\$00	30\$00	Londres	99\$00	99\$50	99\$00	99\$50
Amido de mandioca	»	—	—			Couros limpos	»	8\$00	7\$00	Fin de Julho	—	—	—	—
Borracha de Ambiz 1.ª	»	8\$00	7\$50			Farinha de mandioca	»	—	—	Paris	1.11	1.13	1.10,3	1.11,3
» 2.ª	»	5\$00	5\$00			Fibra de agave	»	—	—	Alemanha	4.75	5.00	4.70	5.00
» Loanda e Beng. 1.ª	»	7\$00	7\$00			Gergelim	»	—	—	Praga	.61	62,5	61	6,25
» e 2.ª	»	4\$00	4\$00			Goma capolo	»	—	—	Holanda	8.28	8,41,0	8.26	8.39
Cacau fino	15 k.	70\$00	70\$00			» branca 1.ª	»	—	—	Madrid	2.95	2.99	2.95	2.98
» paiol	»	60\$00	60\$00			» miyta	»	—	—	Belgica	1,05,5	1,09	1,06,5	1,07
» escolha	»	35\$00	35\$00			» preta	»	—	—	Italia	85,5	87,5	83	87
Café Ambroz	»	137\$00	134\$00			Martim de lei	»	—	—	Suiça	4.01	4.03	3.92	4.02
» Cazengo	»	134\$00	131\$00			» meão	»	—	—	Suecia	3.10	3.20	3.16	3.19
» Encofe	»	136\$00	132\$00			» escaravelho	»	—	—	Nova-York	20.15	20.85	20.13	20.95
» Novo Redondo	»	145\$00	140\$00			Milho	»	14\$00	14\$00	Brasil	2.43	2.46	2.23	2.40
» S. Tomé	»	155\$00	145\$00			Oleo de palma do Congo	»	53\$00	52\$00	Rio de Lisboa	—	—	—	—
Cera	1 k.	7\$50	7\$00			» de Loanda	»	55\$00	54\$00	Rio	—	—	—	—
Coconote do Zaire	15 k.	33\$00	32\$00			Ricino	»	—	—	Libras ouro	—	102\$60	—	101.50
» da Guiné	»	33\$00	32\$00			Tapioca	»	—	—	Agio do ouro	—	—	—	—

MOVIMENTO MARITIMO

IDA

CHEGADA A

Companhias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																							
			Funchal	S. Vicente	S. Tiago	Principe	S. Tomé	Cabinda	Santo Antonio	Anbriz	Loanda	Novo Redondo	Lobito	Benguela	Mossamedes	Bahia dos Tigres	Porto Alexandre	Lourenço Marques	Beira	Moçambique	Porto Amélia	Ibo	India	Shigapora	Macau	Timor
Companhia Nacional de Navegação	Beira	Lisboa 15 de Janeiro																								
	Africa	Lisboa 1 de Fevereiro					14																			
	Portugal	Lisboa 15 Fevereiro			2	3	7	8	9																	
	Angola	Lisboa 1 de Março	3				14																			
	Pedro Gomes	Lisboa 15 de Março	17	21	22	30	1	5	6	7	12	13	15	17	19	20										
	L. Marques	Lisboa 1 de Abril	3				14																			
	Beira	Lisboa 15 de Abril	3				14																			
	Moçambique	Lisboa 1 de Maio	3				14																			
	Portugal	Lisboa 15 de Maio	17	21	22	30	1	5	6	7	12	13	15	17	19	20										
Deutscher Afrika Dienst	Usambara	Hamburgo 10 de Janeiro																								
	Adolph Woerman	Lisboa 2 de Fevereiro									18	19														
	Nyassa	Hamburgo 7 de Fevereiro																								
	Wangoni	Lisboa 2 de Março									18	19														
	Ussukuma	Hamburgo 7 de Março																								
	Tanganjika	Lisboa 30 de Março									15	16														

REGRESSO

CHEGADA A

Companhias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																							
			Moçambique	Beira	Lourenço Marques	Porto Alexandre	Bahia dos Tigres	Mossamedes	Benguela	Lobito	Novo Redondo	Loanda	Anbriz	Santo Antonio	Cabinda	S. Tomé	Principe	S. Tiago	S. Vicente	Funchal	Porto Amélia	Ibo	Macau	Timor	Lisboa	Amsterdan
Companhia Nacional de Navegação	Moçambique	Moçambique 9 de Fevereiro																								
	Beira	P. Alexandre 20 de Fevereiro																								
	Africa	Moçambique 9 de Março	9																							
	Portugal	P. Alexandre 22 de Março																								
	Angola	Moçambique 9 de Abril	9																							
	P. Gomes	P. Alexandre 20 de Abril																								
	Lourenço Marques	Moçambique 10 de Maio	10																							
	Beira	P. Alexandre 20 de Maio																								
	Moçambique	Moçambique 9 de Junho	9																							
Deutscher Afrika Dienst	Sutan	Beira 12 de Janeiro																								
	Tanganjika	Beira 22 de Janeiro																								
	Usambara	Beira 28 Fevereiro																								
	Adolph Woerman	Beira 21 de Março																								
	Nyassa	Beira 28 de Março	31																							
	Wangoni	Beira 18 de Abril	20																							
	Ussukuma	Beira 25 de Abril	52																							
Tanganjika	Beira 16 de Maio																									

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio

Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarém, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

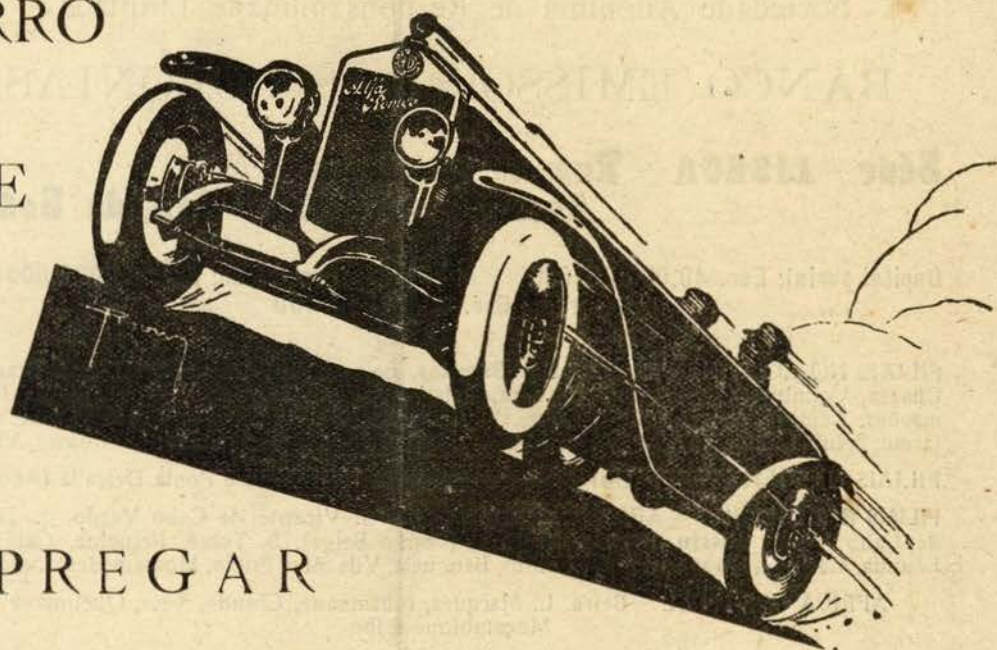
Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

A VELOCIDADE

NUNCA FALTARA' AO

CARRO

QUE



EMPREGAR

Auto-Gazo

A MELHOR

GAZOLINA

VACUUM OIL COMPANY